



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Bruna Filipa Fernandes Pereira

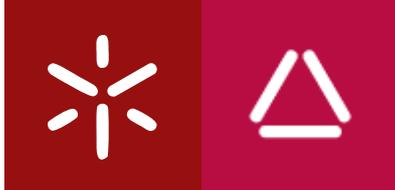
O Mosteiro de Santa Maria de Seiça: uma ruína que aguarda uma reabilitação

O Mosteiro de Santa Maria de Seiça: uma ruína que aguarda uma reabilitação

Bruna Filipa Fernandes Pereira

Uminho | 2020

Janeiro 2020



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Bruna Filipa Fernandes Pereira

O Mosteiro de Santa Maria de Seiça: uma
ruína que aguarda uma reabilitação

Dissertação
Mestrado em Património Cultural

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor José Manuel Morais Lopes Cordeiro

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado em Património Cultural, é fruto de um trabalho individual, contudo, todo o procedimento que o envolveu não seria possível sem o incentivo e o apoio de várias pessoas que contribuíram, em alguma medida, para a sua composição.

Primeiramente os meus agradecimentos são direcionados para o meu orientador, o Professor Doutor José Manuel Morais Lopes Cordeiro, por todas as conversas, incentivos e correções elaboradas ao longo deste percurso, um grande obrigado.

À Câmara da Figueira da Foz, em especial à Dr.^a Teresa Folhadela, agradeço por todo o apoio e disponibilidade em me ceder todas as informações de que eu necessitava para a construção desta dissertação. Aos órgãos da Direção Geral de Património Cultural, e à Direção Regional de Cultura do Centro agradeço pela ajuda prestada e pela brevidade de resposta às minhas solicitações.

Agradeço também à minha família por todo o apoio prestado, especialmente aos meus pais, Carla e António; sem eles este caminho não seria possível. Agradeço-lhes por todos os princípios que me transmitiram, por nunca deixarem que o cansaço me vencesse; sem o amor deles não teria finalizado esta etapa. Agradeço ao meu irmão, Tiago, que me ajudava a relaxar e a divertir quando mais precisava.

Um agradecimento a todos os meus amigos que me acompanharam ao longo desta jornada, que me escutaram e aconselharam, em especial à Andreia, Bruna, Adriana, Fátima, Márcia, Soraia e Monique.

A todos, o meu maior e mais sincero obrigado!

«Como todas as coisas da vida, as construções da arquitetura – as obras de arte, em suma – também definham, envelhecem e, a menos que existam condições de restauro, vontade política e medidas cautelares de preservação, tendem a desaparecer.»
(Vitor Serrão in *Portugal em Ruínas*, 2014)

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Título

«O Mosteiro De Santa Maria De Seiça: uma ruína que aguarda uma reabilitação»

Resumo

A presente dissertação tem por mote o estudo o Mosteiro de Santa Maria de Seiça, localizado na Figueira da Foz, e enquanto ruína.

Este mosteiro foi mandado construir pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, tendo albergado a Ordem de Cister. Mais tarde, no século XIX, foi transformado numa fábrica, estando, após o seu encerramento ao abandono até aos dias de hoje.

Esta dissertação está direccionada para a procura sucinta da sua história, passando para um quadro de crítica ao seu estado de conservação, para por fim chegar ao ponto fulcral da dissertação que é uma possível proposta de reabilitação do Mosteiro de Seiça.

Palavras-Chave: Mosteiro de Santa Maria de Seiça, Fábrica de Descasque de arroz, Ruína, Conservação, Reabilitação.

Title

«Monastery of Santa Maria de Seiça: a ruin waiting rehabilitation»

Abstract

The dissertation has the motto of study the monastery of Santa Maria de Seiça, located in Figueira da Foz, in it's variant of ruin.

This monastery had the order of construction by our first king of Portugal, D. Afonso Henriques, having served the Cistercian's order. Later in 19th century, it was transformed in a factory, being after its closure set to abandonment until the present day.

This dissertation is a little search of its history, going through a critical opinion of the status conservation condition, to finally converge into a focal point of my dissertation, which is a possible suggestion of rehabilitation of the monastery Seiça.

Key words: Monastery of Santa Maria de Seiça, Rice husks factory, ruin, conservation, rehabilitation.

Índice

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Declaração de integridade.....	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Índice de tabelas	xii
Índice de Fotografias.....	xiii
Índice de Documentos	xiv
Índice de Imagens	xv
Abreviaturas	xvi
Introdução.....	17
Capítulo I – Objectivos, Metodologia, Estado da Arte e Fontes	19
1. Objectivos.....	20
2. Metodologia.....	20
2.1. Trabalho inicial de Gabinete.....	20
2.2. Trabalho de campo.....	20
2.3. Trabalho Avançado de Gabinete	21
3. Estado da Arte.....	21
4. Fontes.....	23
Capítulo II– Ordem de Cister.....	24
1. Ordem de Cister	25
1.1. Fundação e seus principais intervenientes.....	25

1.2. O que diferencia a Ordem de Cister	28
1.3. Como se destacaram os monges brancos	29
2. Cister em Portugal	29
3. Os caminhos de Santiago	33
3.1. Qual a relação dos caminhos para Santiago para Compostela com o Mosteiro de Santa Maria de Seiça.....	36
Capítulo III– História do Mosteiro de Santa Maria de Seiça: da sua fundação até ao período da fábrica de descasque de arroz	38
1. Origem do Mosteiro de Santa Maria de Seiça: lendas	39
1.1. A lenda do Abade João	39
1.2. A cura milagrosa do cavaleiro de D. Afonso Henriques	40
2. Origem do Mosteiro de Santa Maria de Seiça- realidade histórica.....	41
3. Mosteiro de Santa Maria de Seiça e suas propriedades	43
4. Desamortização de Bens das Ordens Religiosas	43
4.1. O que aconteceu ao Mosteiro de Seiça após a abolição das ordens religiosas em 1834.....	43
5. Mosteiro de Seiça enquanto unidade fabril: “A Fábrica de Descasque de Arroz”	44
5.2. Características que o Mosteiro de Seiça tinha e que foram importantes para se realizar a construção de uma fábrica.....	48
5.3. A importância da Linha do Oeste	49
5.4. A fábrica de descasque de arroz e o seu impacto económico.....	50
Capítulo IV - Análise do estado de conservação do mosteiro	52
1. Porquê reabilitar este mosteiro e não outro monumento que se encontra no mesmo estado de conservação?	53
2. Crítica ao estado de conservação atual do mosteiro.....	54

3. O Mosteiro de Seiça: estrutura arquitetónica e modificações sofridas ao longo dos anos.....	56
4. Intervenções que foram feitas no mosteiro	58
5. Como se encontra o mosteiro nos dias de hoje	61
6. Ruína: conceito e enquadramento do Mosteiro enquanto ruína	62
7. Eduardo Souto de Moura e a sua visão da ruína	64
8. O mosteiro e os seus contextos.....	65
Capítulo V: Proposta de intervenção e reabilitação do Mosteiro.....	67
1. Intervenção e Reabilitação: o caso do Convento das Bernardas de Tavira.....	68
2. Propostas Preexistentes de Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça	70
3. O “fachadismo” não pode ser visto como uma solução de reabilitação a adotar.....	72
4. Proposta de Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça	73
Conclusão	75
Bibliografia	77
Apêndices.....	80
Apêndices Fotográficos do Mosteiro de Santa Maria de Seiça (Interior e exterior)	80
Anexos	83
Anexo 1: Documentos conferidos ao Mosteiro de Santa Maria de Seiça pelos reis D.Afonso Henriques e D.Sancho I	83
Anexo 2: Imagem da Capela de Santa Maria de Seiça, retirada da obra “O Mosteiro de Santa Maria de Seiça das origens aos Alvores da Modernidade” de António Ferreira Cabete.....	85
Anexo 3: Fotografias de mosteiros em ruínas, incluído o Mosteiro de Seiça, extraídas da obra “Portugal em Ruínas” de Gastão de Brito e Silva.	86

Anexo 4: Imagens do Mosteiro de Santa Maria de Seça (interior e exterior), retiradas da obra “O Mosteiro de Santa Maria de Seça das origens aos Alvores da Modernidade” de António Ferreira Cabete.	88
Anexo 5: Declaração de autorização da utilização de dados, providenciada pela Dr ^a Teresa Folhadela da Câmara da Figueira da Foz.....	92

Índice de tabelas

Tabela 1- Mosteiros da Ordem de Cister (masculinos e femininos).....	33
---	----

Índice de Fotografias

Fotografia 1- Pormenor da fachada do Mosteiro de Seiça.....	61
Fotografia 2- Interior daquele que seria o Claustro do Mosteiro de Seiça	61
Fotografia 3- Interior do Mosteiro (presença das marcas dos azulejos)	62
Fotografia 4- Pormenor de um dos estados do teto do Mosteiro.....	80
Fotografia 5- Interior do Mosteiro de Seiça (vandalização).....	80
Fotografia 6- Pormenor da fachada e das torres Sineiras	81
Fotografia 7- Fachada do Mosteiro	81
Fotografia 8- Chaminé da época industrial.....	82
Fotografia 9- Linha Do Oeste, que atravessa o mosteiro.....	82
Fotografia 10- Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção em Penafirme	86
Fotografia 11- Mosteiro de Nossa Senhora do Castelo das Covas de Monfurado	86
Fotografia 12- Mosteiro de Santa Maria de Seiça	87

Índice de Documentos

Documento 1: Auto de Arrematação (1º página).....	46
Documento 2: Verso do Auto de Arrematação	47
Documento 3: Carta de Couto de 1175 concedida por D.Afonso Henriques ao Mosteiro de Seíça.....	83
Documento 4: Carta de Doação 1195 concedida por D. Sancho I.....	84
Documento 5: Declaração de autorização de utilização de dados.....	92

Índice de Imagens

imagem 1- Capela de Santa Maria de Seiça	85
imagem 2- Fachada do Mosteiro de Santa Maria de Seiça (estado atual)	88
imagem 3- Torre Sineira Sul.....	88
imagem 4- Interior do Mosteiro (vista para o coro).....	88
imagem 5- Interior do mosteiro por baixo do coro.....	89
imagem 6- Interior da Igreja.....	89
imagem 7- Tecto do átrio da Igreja.....	89
imagem 8- Ala do claustro do primeiro piso, vandalizada	90
imagem 9- Sala do mosteiro com as marcas de azulejos retirados.....	90
imagem 10- Interior de uma cela do mosteiro	91

Abreviaturas

SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

DGEMN: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

CMFF: Câmara Municipal da Figueira de Foz

ANTT: Arquivo Nacional Torre do Tombo

Introdução

A presente dissertação tem como objeto de estudo o Mosteiro de Santa Maria de Seiça, localizado no atual conselho da Figueira da Foz. Será um estudo vocacionado para a procura da história, focando-se numa possível intervenção e possível reabilitação. Dado o seu estado de conservação, enquadro o mosteiro num estado de ruína, daí a minha dissertação se intitular: «O Mosteiro de Santa Maria de Seiça: uma ruína que aguarda uma reabilitação». Farei uma apresentação da Ordem a que este mosteiro esteve ligado e abordarei o percurso deste mosteiro desde a sua fundação até aos dias de hoje. Segue-se uma crítica do seu estado atual e posteriormente uma proposta de possível reabilitação do mesmo, vocacionada para uma utilização mais aproximada da realidade do mosteiro. Esta proposta de possível reabilitação que irei apresentar no final deste estudo será resultante de toda a análise feita ao mosteiro e adaptada àqueles contornos que na minha opinião poderão ser os mais válidos, claro está que a apresentarei segundo a base de dados patrimoniais e caminhos viáveis.

O objeto de estudo foi construído numa zona de fronteira entre cristãos e muçulmanos, estando intimamente relacionado com a Reconquista Cristã e com a afirmação de Portugal como reino. No que diz respeito à data da fundação deste cenóbio não existe referência documental da mesma, sendo o documento mais antigo que se refere ao mosteiro a carta de couto concedida ao Mosteiro de Seiça, do ano de 1175, outorgada pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques. Seguindo-se a esta temos, no ano 1195, a colocação do Mosteiro de Seiça sob a alçada do Mosteiro de Alcobaça, através de ordem régia de D. Sancho I. O mosteiro em estudo pertenceu à Ordem de Cister e os seus monges eram conhecidos pelos seus conhecimentos modernos relativamente a arroteamentos de terras, hidráulica, drenagens dos solos e no que diz respeito ao cultivo em geral. Estes monges, quando ocuparam este mosteiro, transmitiram os seus conhecimentos aos colonos da região, tornando-a numa das mais produtivas do reino. Ao longo da Idade Média, este mosteiro vai beneficiar de proteção régia, contudo, D. João III vai extinguir o mosteiro por motivos relacionados com desentendimentos com a abadia-mãe, sendo as suas dependências e rendimentos doados à Ordem de Cristo. No entanto, esta extinção durou pouco tempo, uma vez, que no ano de 1560, D. Sebastião restituiu o Mosteiro de Seiça ao domínio do Mosteiro de Alcobaça. O Mosteiro vai ser alvo de intervenções, particularmente nos períodos de finais do século XVI e início do século XVII, pelo projeto de Mateus Rodrigues.

Com a extinção das ordens religiosas no ano de 1834, o Mosteiro de Santa Maria de Seiça vai ficar abandonado por um curto espaço de tempo, acabando por ser vendido a particulares. Esta venda, levou a que os particulares transformassem o cenóbio numa fábrica de descasque de arroz no século XIX. Com o fechamento da fábrica, no ano de 1976, o mosteiro ficou mais uma vez abandonado, acabando por ser adquirido pela Câmara da Figueira da Foz no ano de 2004, sendo a Câmara a dona do imóvel ainda nos dias de hoje.

Um mosteiro como este, com uma carga história, que passou por vários anos e se moldou ao longo do tempo merece sem dúvida alguma ser reabilitado, para que o seu encanto não se perca de vez. Será nesta medida que esta dissertação se vai direccionar, numa procura por uma possível solução.

Capítulo I – Objectivos, Metodologia, Estado da Arte e Fontes

1. Objectivos

No que diz respeito aos objectivos que se pretenderam alcançar com esta dissertação, estes são objectivos bastante simples e não existe um mais abrangente nem um muito específico.

Na realidade, procuramos inicialmente entender a Ordem à qual este mosteiro estava ligado, passando depois para a construção da história do mosteiro, desde a sua fundação até aos dias atuais. Segue-se, depois, uma análise crítica ao estado de conservação do mesmo, enquadrando-o no quadro de ruína que este apresenta. Por fim, após todos os objectivos anteriores alcançados, procurou-se uma possível intervenção e reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, sendo que esta reabilitação será uma procura viável de uma nova utilização do mosteiro.

2. Metodologia

2.1. Trabalho inicial de Gabinete

Trabalho dedicado à investigação de toda a informação relativa ao mosteiro, toda a bibliografia, notícias de jornal e em revistas, assim como documentos relativos ao mosteiro. De forma a concluir este trabalho de gabinete, entrei em contacto com as entidades responsáveis pelo mosteiro, com o site dedicado ao mosteiro, assim como uma pesquisa na plataforma da Associação dos Amigos do Convento de Santa Maria de Seiça (SMS).

2.2. Trabalho de campo

Teve como principal mote a visita e o contacto com as entidades responsáveis pelo mosteiro e do local onde se insere. O que pretende é que possa retirar as minhas próprias conclusões, assim como registá-lo a nível fotográfico. Seguindo-se visitas a arquivos e bibliotecas que considere importantes para a investigação.

2.3. Trabalho Avançado de Gabinete

Seguindo-se ao trabalho de campo, reunidas todas as informações necessárias, fez-se o procedimento de leitura e análise de todos os dados recolhidos, de todas as opiniões que consegui obter sobre o mosteiro. Seguiu-se uma reavaliação da estrutura do trabalho e pequenos acertos ao mesmo. Concluiu-se com a redação do trabalho e sua retificação.

3. Estado da Arte

Quando falamos em ruína, a nossa cabeça visualiza um cenário completamente degradado, o que na sua realidade é verdade, pois a palavra ruína é isso mesmo algo que está degradado, a cair. O objeto de estudo – Mosteiro de Santa Maria de Seiça – é um exemplo excelente para demonstrar o significado da palavra ruína. No entanto, existem ruínas que se apresentam “tratadas” ou “preservadas”, conseguindo ser uma atração turística. Estas são o espelho de como reutilizar e preservar o património, conferindo-lhe um novo uso. As ruínas do Mosteiro de Seiça correspondem a um panorama distinto, uma vez que se apresentam em total abandono e completamente degradadas. O conceito de ruína associado ao mosteiro é o de desleixo e de desuso por parte das entidades que o tutelam. Não é de admirar que este mosteiro detenha de uma carta de risco, datada de junho de 2004, conferida pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Quando se trata do Mosteiro de Seiça, a bibliografia é vasta. Dentro de todas as referências ao mosteiro, e que visam o estudo deste, é de destacar que nunca falta o ponto referente ao estado de conservação do Mosteiro, como é o caso da citação que se segue de uma comunicação apresentada num encontro de Cultura e Património realizado em julho na Figueira da Foz, e intitulada *Do Diagnóstico à Intervenção de reabilitação- medidas de intervenção*, de Vasco Appleton que diz:

O estado de conservação da maior parte do Mosteiro e das suas dependências – igreja, claustro e construções claustrais – é precário. De facto, alguns dos edifícios encontram-se num estado de conservação que se aproxima da pré-ruína: Dentro da igreja, as coberturas encontram-se destruídas na sua quase totalidade, quando comparadas com o cenário de há cerca de dez anos, o mesmo sucedendo com as abóbadas, especialmente a do primeiro tramo do coro ou último do nártex, que em 2000 se encontrava ainda de pé e quase intacta e que, agora, se encontra quase totalmente colapsada. As torres sineiras destacam-se por terem diversa vegetação já de médio porte a crescer no seu topo; a fachada da Igreja, especialmente o lanternim que terá substituído

o tímpano sobre o portal, está profundamente degradado, em pré-colapso. O claustro e as construções anexas estão num estado de conservação mais estabilizado, embora, nalguns casos, já não permitam o acesso entre as áreas do piso elevado em condições de segurança; nalgumas situações, são visíveis colapsos recentes de elementos de estrutura e revestimentos de madeira e telhas¹.

Ainda o autor desta pequena citação, Vasco Appleton, defende que existe uma necessidade de se recorrer a medidas de reabilitação do mosteiro de forma a que este não caia no “processo de decaimento”.

Estas medidas de intervenção devem assumir-se tanto a «nível global – acabar com a constante infiltração de águas pluviais, escorar elementos próximos do colapso, consolidar elementos facilmente consolidáveis – como local – proteger elementos de pedra trabalhada, classificar e armazenar cantarias deslocadas ou caídas, proteger tectos de caixotão, preservar restos de policromia que hoje se encontram praticamente ocultos sob camadas de fungos e infestantes resultantes da humidade mas que ainda eram visíveis há dez anos»². Partindo de outra obra, da autoria de Inês Pinto e Sílvio Gaspar, intitulada *Mosteiro de Santa Maria da Seiça nos meados do século XI*, conseguimos perceber todas as transformações que o mosteiro sofreu ao longo dos anos, apresentando esta obra uma reconstituição daquilo que foi fisicamente o Mosteiro de Seiça, reconstituição essa em 3D, estando o formato digital também disponível. Toda a obra, foi elaborada através de vários recursos quer digitais, iconográficos e literários disponíveis para investigação e que tratavam de todos os assuntos referentes ao mosteiro.

Outro trabalho que assume importância, quando estamos a tratar deste assunto, é da autoria de António Cabete, que tratou do Mosteiro de Seiça como base de estudo para a sua tese de mestrado, *O Mosteiro de Santa Maria de Seiça das origens aos alvares da modernidade*. Esta obra trata da Ordem a que este mosteiro se encontrava associado – Ordem de Cister – na qual este mosteiro assume um papel de destaque, sendo um modelo da dinâmica da mesma.

Seguindo a linha de estudos que usam como base o tratamento e o deciframento deste mosteiro, penso que há outra obra que é importante destacar – numa primeira leitura – e que é a obra de Marina Laidley Gomes Marques Eusébio. Esta procura perceber se o mosteiro de Santa Maria de Seiça detém algum «valor arquitetónico e qual a especificidade desse mesmo valor»³, denominando-se esta obra como *Mosteiro de Santa Maria Seiça- A experiência de Santa Maria de*

¹Vasco Appleton, «Do diagnóstico à intervenção de reabilitação- medidas de intervenção» (comunicação apresentada nos Encontros de Cultura e Património, Mosteiro de Santa Maria de Seiça: abordagens e perspetivas, Figueira da Foz, julho, 2011),1

² Appleton, «Do diagnóstico à intervenção de reabilitação...»,1.

³ Marina Laidley Gomes Marques Eusébio, «Mosteiro de Santa Maria de Seiça - a experiência de Santa Maria de Seiça como orientação para um processo de restauro» (tese de Mestrado. Lisboa. 2017),5.

Seiça como orientação para um processo de restauro. Esta obra, dissertação de mestrado, onde, como disse, se procura entender esse valor, utilizou no mosteiro «o processo de leitura da arquitetura de Pedro Abreu, apresentado na sua tese de doutoramento «Palácios de Memória II: a revelação da arquitetura (2007)»⁴. Esta obra tem dois objetivos gerais: num primeiro momento temos uma «síntese crítica comparativa da história e da evolução formal de Santa Maria de Seiça»⁵, seguindo-se o «descortinar quais os aspectos da forma do Mosteiro de Seiça que consubstanciam essa qualidade arquitetónica e a perpassam, através da experiência, ao seu visitante».⁶ Será a partir do século XIX, que este mosteiro vai assumir outra utilidade, passando a ser o berço de uma fábrica de descasque de arroz, sofrendo algumas modificações, tendo surgido no seu interior uma chaminé, símbolo da revolução industrial.

Em jeito de conclusão é de destacar que o património que detemos deveria ser salvaguardado, de forma a que Portugal possuísse uma significativa marca do passado, nomeadamente o Mosteiro de Seiça que é carregado de História. Na minha opinião é deveras deplorável e, sem dúvida alguma, miserável o seu estado atual, uma vez que este está classificado como Imóvel de Interesse Público. Como dizia Vitor Serrão⁷ in *Portugal em Ruínas*, de Gastão de Brito e Silva, «como todas as coisas da vida, as construções da arquitetura – as obras de arte, em suma – também definham, envelhecem e, a menos que existem condições de restauro, vontade política e medidas cautelares de preservação, tendem a desaparecer».⁸

4. Fontes

A presente dissertação, foi fundamentada através de uma pesquisa vocacionada para uma pesquisa de carácter bibliográfico, fundamentalmente uma procura de fontes que abordassem o caso de estudo e dos outros intervenientes que o compõem, passando também por uma análise de artigos científicos. Procedi também à visita do local onde se insere o mosteiro, para retirar informações pessoais e testar o que resultou da pesquisa bibliográfica.

⁴ Eusébio, «Mosteiro de Santa Maria de Seiça- a experiência...»,5.

⁵ Eusébio, «Mosteiro de Santa Maria de Seiça- a experiência...»,12.

⁶ Eusébio, «Mosteiro de Santa Maria de Seiça- a experiência...»,13.

⁷ Responsável pela redação do texto introdutório de *Portugal em Ruínas*, de Gastão de Brito Silva.

⁸ Gastão de Brito e Silva, *Portugal em Ruínas* (Lisboa: Artes Gráficas, 2014), 11.

Capítulo II– Ordem de Cister

1. Ordem de Cister

1.1. Fundação e seus principais intervenientes

Nos finais do século XI, depois de se ultrapassarem as perturbações milenaristas, a nova centúria mostra-se promissora para a Europa. Os grandes males comuns há muito tinham terminado; a Igreja vai lentamente restaurar o movimento da paz de Deus; a produção agrícola regista nesta época um crescimento acentuado que, por sua vez, vai favorecer a expansão comercial com o surgimento de novas feiras e mercados. Ao mesmo tempo, podemos assistir a um renascimento urbano gradual suportado por uma prosperidade económica, a qual se relaciona com uma progressão da produção intelectual e artística que, por sua vez, vai implicar uma mudança nos aspectos sociais.

Neste processo de desenvolvimento económico e de aumento demográfico, vemos surgir na Igreja

(...) movimentos renovadores de espiritualidade procurando adaptar-se à realidade⁹. “As reformas com maior vigor verificam-se principalmente no mundo monástico – clero regular – uma vez, que na sequência da reorganização da vida monástica suscitada pela reforma gregoriana do século XI, surgiram novas ordens como os cónegos Regrantes de Santo Agostinho, a cartuxa- ou Ordem de S. Bruno, variante do ramo beneditino- a Premonstratense, entre outras¹⁰.

Deparamos então com uma época de renovação, de mudança e de refundação de novas ordens religiosas.

Vai, contudo, existir um grupo reformador que vai conseguir ultrapassar todas as dificuldades iniciais e que vai, por fim, influenciar toda a cristandade. O seu ponto de partida remonta para o dia 21 de março de 1098 , e o espaço escolhido para o surgimento deste grupo reformador foi um lugar do campo e despovoado, longe da sociedade, nos limites da floresta de Borgonha, perto de Dijon (França). A sua fundação está intimamente ligada a Roberto de Molesme¹¹. Inicialmente, Roberto vai fazer uma procura de renovação do mosteiro em que estava inserido, no entanto esta tentativa ficou sem resultado e, após conseguir o acordo do legado pontifício, Hugo, arcebispo de

⁹ António Ferreira Cabete, « O Mosteiro de Santa Maria de Seça das Origens aos Alvores da Modernidade» (Dissertação de Mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras, 2014),15.

¹⁰Cabete « O Mosteiro de Santa Maria de Seça...»,15.

¹¹Abade beneditino do mosteiro de Molesme

Leão, saiu do seu mosteiro para fundar um novo. Com a sua partida, levou consigo um conjunto de monges que também partilhavam dos mesmos objetivos de Roberto: a procura de modernização da sua vida monástica, praticando a Regra de São Bento de modo estrito, ou seja, tratava-se de um regresso ao grande sustentáculo da Regra de São Bento de Núrsia¹². O local do qual este conjunto de monges e Roberto se apropriaram para se instalarem recebeu como nome designador *Novum Monasterium, Cîteaux, Cister*. Tanto Roberto de Molesme como os seus acompanhantes, assim como os seus sucessores, vão manter a sua fidelidade à regra de São Bento, procurando sempre um recolhimento na natureza de uma forma muito vincada.

No ano de 1099, Roberto de Molesme vai receber uma ordem do Papa Urbano II, que tinha como objectivo o seu regresso ao mosteiro inicial. Este acatou a ordem do papa e regressou a Molesme e por lá ficou como seu abade até falecer no ano 1118.

Em Cister, local que Roberto abandonou depois de receber essa ordem, acredita-se que terá ficado cerca de uma dezena de monges, ainda muito determinados a continuar com o projeto que haviam iniciado. Em consequência desta partida inesperada, vão eleger o antigo prior Alberico abade, o qual vai ficar à frente desta abadia até à hora da sua morte (1109). A este abade vão surgir muitas afrontas e pressões, que são provenientes das ordens concorrentes, contudo Alberico vai conseguir manter a sua persistência e o seu «fervor espiritual na comunidade e angariou apoios para a sua causa.»¹³ De entre todos os apoios reunidos, aquele que suscitou maior relevância foi a proteção da família Ducal de Borgonha. O abade Alberico, apesar de ser um fanático renovador dos costumes antigos, possui uma enorme capacidade administrativa e com ela, apesar da situação adversa que vivia, vai conseguir obter a proteção apostólica do papa Pascoal II para o *Novum Monasterium*. Associado a este prior, temos também «o primeiro regulamento do quotidiano da vida monástica e a substituição do hábito negro dos beneditinos para uma nova roupagem, que passa a ser o branco-cru – tecido grosseiro em lã, símbolo da pureza e da pobreza –, como símbolo da renúncia às riquezas mundanas».¹⁴ Caberá também a Alberico estabelecer regras na alimentação dos monges – eliminação de carnes e gorduras – com o qual este procurava a subsistência apenas com base no trabalho pelos monges com as suas próprias mãos e «renunciou aos direitos sobre a igreja, fornos, moinhos, priorados e dízimos»¹⁵.

¹² Regra escrita por um abade, São Bento de Núrsia, documento onde estavam estabelecidas as normas de vivência da comunidade monástica.

¹³ Cabete, « O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...»,17.

¹⁴ Cabete, « O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...»17.

¹⁵ Cabete, « O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...»,18.

Claro está que numa fase inicial, estes monges não estavam à procura de fundar uma nova Ordem religiosa, mas sim de viver a regra de São Bento de uma forma mais rigorosa e consequente. Contudo, a partir de este momento, estavam reunidas todas as condições necessárias para se fundar uma nova Ordem religiosa que viria a ser conhecida como a Ordem de Cister.

Esta nova Ordem, assentava em três princípios fundamentais: a solidão, a pobreza e o trabalho manual. A vivência de acordo com estes três princípios era, sem dúvida alguma, um verdadeiro sacrifício e viver assim seria visto como uma forma de estar em constante penitência. Não nos podemos esquecer, que para além destes três princípios, toda a informação presente na regra de São Bento não era de menos relevância nem, muito menos, de importância, como é o caso do ofício divino, a humildade, a castidade e a obediência. Os monges desta nova Ordem – também conhecidos como cistercienses ou monges brancos – viviam isolados da sociedade, num sistema de cenóbio organizado inicialmente, em dormitório comum. Será por fim, na liderança de Alberico, possível a construção de uma Igreja abacial, onde está sepultado o seu benemérito duque de Borgonha. Alberico, acaba por falecer a 26 de janeiro de 1109 e sucede-lhe Estevão que vai ser abade até o ano de 1133.

Estevão, tal como o seu predecessor, detinha de uma enorme capacidade administrativa e foi um hábil erudito e negociador. Toda a gestão económica, a legislação e organização ficou a dever-se ao abade Estevão, que através destas conseguiu gerar as condições necessárias para a origem de muitas abadias afiliadas. Através da longa história da Ordem de Cister, consegue-se perceber que o abade Estevão foi a pessoa certa para a expansão e conservação dos cistercienses.

Na Carta Caritatis¹⁶, Estevão ultrapassou as normas que tinham sido estruturadas por Roberto e Alberico, acabando por as enriquecer com a sua experiência pessoal. Vai ser durante administração de Estevão que vão nascer as primeiras abadias cistercienses: La Ferté (1112/1113); Pontigny (1114); Clairvaux e Mornmond (1115). Por seu lado, estas abadias vão depois dar origem a imensas filiações.

O grande crescimento desta nova Ordem, teve um grande impulsionamento com a entrada de Bernardo de Fontaine¹⁷, que acabou por levar consigo um conjunto de 30 candidatos à Ordem.

¹⁶ Documento onde se encontram reguladas as relações entre os abades cistercienses.

¹⁷ Este fazia parte de uma família nobre que era chegada aos duques de Borgonha.

Bernardo tornou-se uma figura bastante prestigiada dos monges brancos. Somente três anos após a sua entrada na Ordem, foi nomeado abade da nova abadia de Clairvaux (Claraval). Na realidade, Bernardo de Fontaine, não tinha ninguém igual a ele na Europa feudal do século XII, foi «um místico, um intelectual, teólogo, pregador e autor»¹⁸. Apesar de ser abade em Clairvaux, Bernardo passava a grande maioria do seu tempo em missões religioso-diplomáticas, com as quais conquistou os seus maiores êxitos. Todo o seu carisma surtiu um efeito muito positivo nas pessoas, acabando por aliciar bastantes jovens para entrarem para a Ordem de Cister. Quando mencionamos Bernardo de Fontaine, temos de fazer referência à escola que este criou para dar educação e instruir os monges com uma enorme qualidade moral e intelectual. Como mencionei logo de início, foi a Bernardo de Fontaine, a quem devemos todo o avanço e crescimento dos cistercienses, segundo António Cabete, na sua tese de mestrado que se intitula *O Mosteiro de Seiça das origens aos Alvores da Modernidade*, «à data da sua morte, em 1153, contavam-se mais de 350 mosteiros-desses, 161 eram seus afiliados, “filhos” da sua abadia de Claraval».¹⁹

No término da centúria de trezentos, a Ordem de Cister encontrava-se espalhada por toda a Europa de uma forma nunca antes vista, com cerca de 700 comunidades²⁰. No ano de 1174, Bernardo de Fontaine vai obter a canonização²¹, devido ao seu nome estar relacionado com a Ordem e este ser o seu grande impulsionador e divulgador, e não por ser o seu fundador. Também vão receber este título de santidade os seus predecessores: Roberto de Molesme, Alberico e Estevão.

1.2. O que diferencia a Ordem de Cister

O que diferenciava a Ordem cisterciense da Ordem de Cluny, era o trabalho manual do que resultou numa profunda retificação, pois o trabalho manual tornava necessário um novo equilíbrio entre os tempos de oração, os de trabalho e de leitura e o regresso a uma liturgia mais simples.

Como é do conhecimento de muitos, o clero integrava muitas pessoas que provinham de poderosos grupos sociais, nomeadamente da nobreza. Mas na Ordem de Cister decide-se permitir o «emprego de assalariados, o que tornava servos em pessoas livres com salários fixo, bem como

¹⁸Cabete « O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...»,20.

¹⁹ Cabete « O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...»,20.

²⁰ Dados recolhidos através da leitura da tese de António Cabete

²¹ Passadas duas dezenas de anos após a sua morte

a entrada de leigos nas atividades do mosteiro, os conversos, com todos os direitos dos monges mas com dispensa de participação no coro e na lectio»²² .

1.3. Como se destacaram os monges brancos

O toque da Ordem de Cister suscitou destaque em diversas áreas. Segundo António Cabete, os conhecimentos dos monges brancos foram «imprescindíveis na recuperação dos solos, drenagem de pântanos, hidráulica e irrigação, com resultados evidentes na produção agrária das suas granjas»²³. Será através destes conhecimentos dos monges brancos que vão surgir progressos na agricultura, na pesca, na vinicultura, na indústria de moagem e na extração de minérios. Para além destes conhecimentos, os monges brancos vão adquirir notoriedade pelo comércio de excedentes dos seus produtos²⁴, assim como irão ter um grande destaque na arte e arquitetura. Contudo, quando nos debruçarmos mais para o campo religioso ou melhor o espiritual, conseguimos entender que os cistercienses eram magníficos pregadores, entre os quais se destaca Bernardo de Fontaine (Claraval) já acima mencionado.

Em suma, esta nova Ordem procurava acima de tudo definir ou redefinir de forma mais rigorosa uma vivência monástica do cristianismo, na sua mais estrita pureza e simplicidade. Estes grandes basilares, estavam refletidos no quotidiano dos monges brancos, no espaço que ocupavam e também na sua arquitetura. Desde o início que existe uma procura pelo equilíbrio perfeito da vida terrena e a espiritualidade. A expansão da nova Ordem, manteve-se por volta do século XIII, registando-se em séculos posteriores um declínio.

2. Cister em Portugal

Quando falamos dos cistercienses em Portugal, a primeira coisa que podemos concluir é que ambas as partes tiraram proveito desta relação, ou seja, Portugal teve relevância para a Ordem de

²²Aires A. Nascimento, *Cister. Os Documentos Primitivos* (Lisboa: Edição Colibri,1999),9.

²³Cabete, « O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...»,22.

²⁴Venda de lã e de ovelhas assumem um grandes destaques e grandes dimensões

Cister, enquanto que os monges brancos tiveram impacto no que se refere ao «processo de afirmação do emergente reino de Portugal»²⁵.

Desde o início, que o nosso primeiro rei amparou esta ordem religiosa, nomeadamente protegeu e acolheu a vinda dos monges brancos para Portugal, quando este era um reino que se encontrava em formação. Apesar do nosso primeiro rei manter estritas relações com D. João Peculiar²⁶, era sabedor da importância e relevância desta nova Ordem e da prestigiada figura de Bernardo de Claraval junto da cúria romana. Sendo Portugal um reino que se estava a construir, um reino que ainda estava a dar os seus primeiros passos, o bom resultado que se obteve com a vinda desta nova Ordem e com esta aproximação deveu-se em muito aos laços familiares que D. Afonso Henriques tinha com os duques de Borgonha, assim como o laço de vassalagem da família de Fontaine (à qual Bernardo pertencia) para com os duques de Borgonha.

São vários os estudos que tentam apontar uma data específica para a vinda dos monges brancos para Portugal. Segundo António Cabete, os monges cistercienses vieram para Portugal na década de 1130, no entanto refere que a melhor data será a de 1144, data esta que está documentada e diz respeito ao mosteiro de Tarouca.

Como referi acima, a Ordem de Cister é uma Ordem que se vai difundir por Portugal no decorrer do século XII, e esta nova Ordem vai difundir-se pelos reinos cristãos peninsulares a partir dos seus centros franceses de Claraval e Morimond. Os monges brancos foram chamados pelo nosso primeiro rei com o objetivo de se introduzir uma nova vivência monástica, assim como objetivos políticos intimamente ligados ao reconhecimento da «monarquia portuguesa»²⁷. Numa fase inicial, os monges brancos vão começar por reformar mosteiros já existentes ou, então, vão criar comunidades eremíticas. Na atualidade, tenta-se perceber qual será a origem e o estabelecimento de Cister em Portugal. Segundo o livro *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento*, de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz Oliveira Silva Santos, temos de um lado a “tese tradicional” que nos remete e indica a superioridade de São João de Tarouca²⁸, defendendo que este diz respeito à primeira presença de Cister em Portugal, tendo em conta um documento, datado de 1144, que refere este cenóbio “*secundum ordinem cisterciense*”. A este sucede-lhe o eremitério de Sever de Vouga – filiação de

²⁵Cabete, « O Mosteiro de Santa Maria de Seça...»,25.

²⁶Foi bispo do Porto em 1136 e arcebispo de Braga e primaz das Espanhas entre os anos de 1138 a 1175.

²⁷Bernardo Vasconcelos e Sousa et al., *Ordens Religiosas em Portugal e Trento. Guia Histórico* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006), 92.

²⁸A construção deste mosteiro iniciou-se em 1154, acabando por ser o primeiro mosteiro masculino da Ordem de Cister em Portugal.

São João de Tarouca – do ano de 1145. No entanto, ultimamente temos uma nova posição defendida por Maria Alegria Marques²⁹. Esta autora, defende que será o mosteiro de São Cristóvão de Lafões que marca o aparecimento da Ordem de Cister em Portugal, atribuindo-lhe a data de 1138, sendo que para Maria Marques, o cenóbio de São João de Tarouca seria posterior à data de origem da vinda dos monges brancos em Portugal. José de La Torre Rodriguez defende que a primeira tentativa de fixação da Ordem estava nas terras de Lafões, contudo esta não passava apenas de «uma tentativa sem frutos, tendo-se os monges transferido para Tarouca»³⁰, onde se vão juntar à primeira comunidade de cistercienses, que vai ficar reforçada pela carta de couto de 1144, atribuída pelo nosso primeiro rei. Esta data (1144) poderá estar ligada não só ao apoio régio, como também ao momento em que se concretizava a reforma de Cister no mosteiro de São João de Tarouca.

Como já foi possível perceber, esta nova Ordem que surgiu em Portugal deteve de uma grande proteção régia, e alguns mosteiros – especialmente o de Alcobaça – vão assumir um papel hegemónico na «vida social e económica do país, nomeadamente no que se refere à organização e à qualidade das explorações agrícolas que deles dependiam e ao máximo aproveitamento dos recursos fundiários disponíveis».³¹ Este prestígio e proteção, levou a que a difusão da Ordem dos monges brancos fosse facilitada, iniciando-se assim pela região centro onde tomam diversos eremitérios, antigos mosteiros beneditinos e outros mosteiros dos quais se desconhece a Ordem que os regia. Tanto nestes mosteiros tomados, como nos novos que surgiam, era necessário que estes seguissem e respeitassem as normas estabelecidas pela Ordem de Cister. O estabelecimento de novos mosteiros era feito em locais despovoados, perto de florestas, locais perto de cursos de água e este último era um factor imprescindível á instalação de mosteiros e à sua sobrevivência.

A Ordem de Cister, foi uma das mais importantes ordens em Portugal, foram grandes precursores no povoamento, responsáveis pela exploração e arroteamento de terras e introdução de novas técnicas agrárias. A eles devemos também o desenvolvimento da hidráulica, metalurgia, pesca e mineração. No que diz respeito ao campo cultural, os cistercienses educaram e formaram novas mentalidades.

²⁹Professora catedrática da universidade de Coimbra e membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

³⁰ Sousa et al., *Ordens Religiosas em Portugal...*,92.

³¹ Sousa et al., *Ordens Religiosas em Portugal...*,92.

Contudo, nos finais do século XIII, conseguimos identificar uma diminuição no número de monges brancos e de conversos em todos os mosteiros do país. Esta situação poderá estar relacionada ao facto do surgimento das novas ordens mendicantes e, a partir do século XV e no início do século XVI, os mosteiros masculinos começam a entrar em estado de decadência e de ruína. Como fiz já referência, a Ordem estava ligada aos dois géneros, embora em maior número no género masculino; contudo, existiram também mosteiros femininos cistercienses. Estes mosteiros datam do século XIII e a eles estão nomeadamente ligadas as infantas – Teresa, Sancha e Mafalda³². Estas infantas, estão ligadas aos processos fundacionais dos mosteiros de Lorvão, Celas e Arouca. Ao logo deste século, foram fundados mais cinco mosteiros femininos, contudo com a decadência que atingiu a Ordem no século XV a XVI, existe um reflexo nestes mosteiros, sendo os mosteiros masculinos os que sofrem um maior impacto, uma vez que eram mais numerosos.

Ordem de Cister
Mosteiros
Mosteiro São João Baptista de Tarouca
Mosteiro de São Tiago de Sever
Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça
Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
Mosteiro de Santa Maria de Júnias
Mosteiro de São Cristóvão de Lafões
Mosteiro de Santa Maria de Aguiar
Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão
Mosteiro de Santa Maria de Fiães
Mosteiro de Santa Maria de Seiça
Mosteiro de Santa Maria de Bouro
Mosteiro de São Pedro das Águias
Mosteiro de Santa Marisa de Tamarães
Mosteiro de Santa Maria da Serra da Estrela
Mosteiro de São Paulo de Frades

³² Filhas de D.Sancho I

Mosteiro de Santa Maria de Ermelo
Colégio do Espírito Santo de Coimbra
Mosteiro de São Mamede e São Paio de Lorvão
Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca
Mosteiro de Santa Maria de Celas
Mosteiro de Santa Maria de Cós
Mosteiro do Salvador de Bouças
Mosteiro de São Bento de Cástris
Mosteiro de Santa Maria de Almoester
Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas
Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade de Tavira
Mosteiro de Nossa Senhora de Conceição de Portalegre
Mosteiro de São João de Vale

Tabela 1- Mosteiros da Ordem de Cister (masculinos e femininos)

Fonte: Tabela de elaboração da autora

3. Os caminhos de Santiago

Não podemos esquecer que o mundo religioso sempre foi muito alargado. Ao longo dos anos, existiram movimentações de pessoas devotas a santos e a vários conceitos e rituais religiosos. No período medieval, a religião tem uma grande influência no seio da comunidade. Importa referir que os Caminhos de Santiago de Compostela assumem um grande destaque nas vivências religiosas e para os crentes. Mas porque razão referir os Caminhos de Santiago no estudo do Mosteiro de Seiça? A verdade é que quase é inevitável não o fazer, uma vez que a devoção a Santiago está bastante presente nos devotos do período medieval, período este em que surgiu o mosteiro de Santa Maria de Seiça, e muito em função do local em que este se encontra.

Mas antes de mais, seria correto perceber onde tudo se originou e quais os caminhos existentes para Santiago de Compostela, de forma a conseguir encontrar um fio condutor até ao objecto de estudo em questão. As constantes circulações de pessoas instigadas por razões religiosas são algo, como já referi, que ocorre desde antes da Idade Média. Neste período, os locais mais

predominantes para estes atos de devoção são Roma, Jerusalém e Santiago de Compostela.³³ As deslocções a Santiago de Compostela advêm do culto ao apóstolo Santiago que, segundo a tradição, fora um divulgador do Cristianismo na Península Ibérica entre 33-43 d.C. São Tiago foi um dos doze apóstolos de Jesus Cristo e, futuramente, virá a ser conhecido por Tiago Maior³⁴. Este, passou a sua vida a espalhar os ensinamentos e mensagens de Jesus acabando por ser considerado o primeiro mártir do Cristianismo. Após a morte de Jesus Cristo, Tiago vai arcar com a função de divulgar e propagar a mensagem e palavra de Deus na Península Ibérica, sendo que com ele estavam os seus discípulos, Teodoro e Atanásio. Acreditava-se, que teriam chegado pelo Sul à «Andaluzia ou a Lisboa, seguindo depois caminho para Norte. Ao longo da sua viagem de disseminação da fé, Tiago pregou junto das populações, em vilas e cidades, tendo chegado a Saragoça, onde sonhou que Pedro lhe pedia para voltar à Palestina»³⁵. Seguindo a sua intuição e a mensagem que o sonho lhe trouxera, Tiago decide voltar à terra Santa entre os anos 43-44 d.C.; contudo, quando lá chegou, foi acusado de espalhar ideias falsas e acabou por ser decapitado sob a liderança do rei Herodes Agripa. Posteriormente à sua decapitação, seria costume atirar os corpos para além das muralhas para que estes fossem abocanhados pelos animais selvagens, mas antes que isso acontecesse, os discípulos de Tiago Maior – Teodoro e Atanásio – resgataram o corpo e fugiram numa embarcação. Segundo uma lenda cristã, esta embarcação onde seguiam teria sido guiada por um anjo e transitou todo o Mediterrâneo, cruzou o estreito de Gibraltar e a costa da Lusitânia, até chegar a Padrón (Galiza). Este território, estava sob o domínio de Roma, sob a liderança da Rainha Lupa. Teodoro e Atanásio ao chegarem a este território, não conseguiram converter a rainha ao Cristianismo, tendo-lhes a rainha providenciando um local para enterrar Tiago Maior. Este local vai passar a ser designado por *Liberum Donum*. Assim sendo os dois discípulos, vão consagrar as suas vidas neste mesmo local, dedicando-se ao cuidado do túmulo de Tiago Maior.

Até sensivelmente 275, registou-se um grande número de pessoas que organizavam peregrinações a Santiago, por devoção ao apóstolo. No entanto, a partir de este ano o imperador Vespasiano vai proibir a devoção ao túmulo de Tiago, levando a que a mesma diminuísse e que este ficasse em esquecimento durante breves tempos. No entanto, isso não fez com que esta

³³Os devotos que aqui ocorrem, em cada destino, detêm de uma denominação específica, ou seja, os romeiros são aqueles que visitam Roma; os que se movimentam para Jerusalém são denominados de palmeiros e aqueles que seguem para Santiago de Compostela são conhecidos como os peregrinos.

³⁴Diferenciando-se de outro apóstolo com o mesmo nome - Tiago Menor

³⁵Ana Catarina Fernandes Duarte, «Caminhos de Santiago: O caminho Português como factor de desenvolvimento turístico no concelho de Barcelos» (Tese de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras, 2016),27.

devoção fosse esquecida no seio religioso, tendo ficado sempre viva na comunidade cristã. Toda a fé que rodeava Santiago disseminou-se por toda a Europa. Em Inglaterra, Escócia e Irlanda este era conhecido por Saint James; em França por Saint Jaques e na Itália era designado por San Giacomo. Esta pequena e “adormecida” devoção a Santiago, vai permanecer assim até ao Século IX, quando um eremita (conhecido por Pelayo) declarou que ouviu um «*canto celestial*»³⁶ e «olhou para o céu e viu que este estava cheio de estrelas que formavam, um caminho que vinha do norte do Oriente até ao local onde ele se encontrava».³⁷ Todo este quadro, levou a que o eremita chegasse à conclusão de que ali perto se encontrava o túmulo há muito esquecido de Tiago Maior e dos seus discípulos. Assim expôs o sucedido ao bispo da cidade vizinha (Teodomiro), levando a que este impulsionasse a ordem para uma busca pelo túmulo. Acabaram por encontrar as ruínas de uma capela e de sepulcros que assumiram ser de Tiago, Teodoro e Atanásio. Com a descoberta o bispo irá divulgar a informação ao rei – Afonso III, das Astúrias – que por sua vez manda construir uma catedral na referida área, proclamando o local com o *Locus Beati Jacobi*.³⁸ No seguimento desta construção, verificou-se uma crescente ocupação no local, passando assim a ter a designação de Santiago do Campo das Estrelas ou, então, como é hoje conhecido, como Santiago de Compostela.

A redescoberta dos restos mortais de Tiago surgiu num período de afirmação do reino cristão face às invasões muçulmanas e esta acabou por deter uma carga simbólica e também uma carga política³⁹. Será no decorrer do século XI que, através da crescente movimentação das peregrinações a Santiago de Compostela, se iniciará a definição de determinados caminhos – uns principais, outros secundários – para esse destino religioso. Estes traçados são resultado das movimentações dos peregrinos a Compostela, acabando por se tornarem regulares e escolhidos pelos peregrinos. Com o surgimento destas “rotas” para Compostela, desenvolve-se a construção de hospitais, cemitérios, pontes, mosteiros e igrejas, que tinham como principal objetivo o apoio a estes peregrinos até Compostela, levando mesmo a que se desenvolvessem núcleos populacionais em torno destes caminhos.

³⁶ Duarte, «Caminhos de Santiago: O caminho Português...»,28.

³⁷ Duarte, «Caminhos de Santiago: O caminho Português...»,28.

³⁸ Podendo ser entendido como Lugar de São Tiago

³⁹ Visto como uma forma de expansão do reino cristão para além das montanhas das Astúrias.

3.1. Qual a relação dos caminhos de Santiago para Compostela com o Mosteiro de Santa Maria de Seiça

Quando referimos os caminhos de Santiago de Compostela temos de ter em conta que estes acarretam uma carga religiosa bastante forte. As movimentações devotas a Santiago são de uma grande escala assim como os apoios que surgem aos peregrinos também fazem parte deste ponto interessante.

Ora, sendo o Mosteiro de Seiça um mosteiro que na época medieval albergava a Ordem de Cister, não podemos descartar a hipótese de este ter servido de apoio aos peregrinos até Santiago de Compostela. Não podemos esquecer que estamos a falar de um movimento religioso e de que as ordens religiosas prestavam auxílio⁴⁰ a todos os peregrinos. Não é só pelo factor religioso, que o Mosteiro de Seiça pode ser relacionado com os caminhos de Santiago, isso deve-se também em muito ao espaço em que este está inserido, uma vez que este mosteiro se encontra muito perto de uma das vias de peregrinação a Compostela. Para melhor se entender este raciocínio, precisamos de saber primeiramente que existem sete caminhos principais para Santiago: o caminho Francês; o caminho do Norte; o caminho Português; a via da Prata; o caminho Inglês; o caminho primitivo e a Rota marítima e fluvial. De todos estes caminhos, aquele que nos revela maior interesse para percebermos em que medida o Mosteiro de Seiça se relaciona com os caminhos de Santiago é o Caminho Português. Segundo um artigo sobre as diferentes vias do caminho de Santiago na Idade Média, publicado na revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da autoria de Baquero Moreno, este mostra que existem várias vias de peregrinos a Compostela e que o Caminho Português se encontra subdividido em quatro vias para se chegar a Compostela. Assim sendo temos:

- **Rota da Região do Entre-Douro-e-Minho:** tinha como principal ponto de partida o Porto; esta tinha duas opções, uma que seguia de Braga, depois para Ponte de Lima, Valença e Tui; e outra que seguia para Ponte do Ave; Rates, Barcelos, Ponte de Lima, Valença e Tui; existe por sua vez uma terceira opção que saía do Porto e rumava a Guimarães que depois seguia para Braga;

⁴⁰ Este auxílio poderá estar relacionado com ao apoio médico (a procura de curar as feridas aos peregrinos), providência de água e alimento, local para passar a noite ou, possivelmente, poderá estar também relacionado com o provimento de vestuário.

- **Rota de Trás-os-Montes:** com uma menor afluência de peregrinos, tem como ponto de partida Viseu, daí segue para Lamego, Poaires, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves;
- **Rota da Região Centro:** como ponto de partida Coimbra, daí segue para Aveiro, Grijó, Pedroso e Porto; havia também outra via que partia de Coimbra seguia para Viseu, seguindo para Lamego para acabar por se encaminhar com percursos da Rota de Trás-os-Montes;
- **Rota da Região Sul** que tinha de um acesso marítimo para Compostela, sendo este o método mais utilizado pelos peregrinos que partiam daqui.

Assim sendo, o território português era atravessado por quatro vias para chegar a Santiago, sendo que a região centro é aquela que mais nos suscita interesse, relativamente ao Mosteiro de Seiça. Ora, se na via da região centro o ponto de partida era Coimbra e, como já fiz referência, com a origem destas rotas existiu também a criação de instituições que providenciavam apoio aos peregrinos, isso significa que Coimbra era uma cidade com instituições aptas para prestar este mesmo apoio. Assim como esta, as zonas circundantes também tinham destes apoios e é aqui que penso que se enquadra o Mosteiro de Seiça, um mosteiro ao qual talvez chegasse a afluência de peregrinos que partiam de Coimbra em peregrinação, mostrando a relação que este poderia ter com estas movimentações de peregrinos a Santiago de Compostela.

Em suma, nunca poderíamos falar da Ordem de Cister sem fazer referência às devoções religiosas a Santiago, que percorrem percursos tão antigos e que estavam presentes aquando do período de fundação e de funcionamento do mosteiro.

Capítulo III– História do Mosteiro de Santa Maria de Seiça: da sua fundação até ao período da fábrica de descasque de arroz

No que diz respeito à história da fundação do mosteiro de Santa Maria de Seiça, a sua origem é bastante incerta. A sua fundação ou a sua origem estão envolvidos por um conjunto de estórias contadas de geração em geração, utilizando por sua vez o recurso a lendas. As lendas associadas à história da fundação do mosteiro encontram-se representadas por um «conjunto de telas que se encontra na capela de Nossa Senhora de Seiça»⁴¹.

1. Origem do Mosteiro de Santa Maria de Seiça: lendas

Devido a ser um monumento bastante antigo, a verdade é, como já referi acima, muitas vezes associada a lendas.

Sabemos que este mosteiro tinha sido erguido na margem Sul do Mondego, num vale irrigado por uma ribeira e que ainda hoje existem as suas ruínas. Apesar de este mosteiro, não ter sido logo uma construção cisterciense, a verdade é que, dada a sua localização, estava a obedecer a todas as normas estipuladas pela Ordem de Cister, assim como a sua devoção à Virgem Maria. Muitas das informações relacionadas com este mosteiro, estão intimamente ligadas a lendas e extraordinários milagres; de entre todas as lendas associadas a este mosteiro é de destacar – devido a sua carga histórica e probabilidade simbólica – a lenda do abade João e a cura milagrosa do cavaleiro de D. Afonso Henriques.

1.1. A lenda do Abade João

Na altura em que Coimbra ainda era terra ocupada por muçulmanos, o castelo de Montemor-o-Velho já tinha sido conquistado pelos cristãos e este era governado pelo Abade João. Este abade dizia-se, era da família dos reis de Leão, era um bom homem e que até acolheu um menino – de possível origem muçulmana – como se fosse seu filho. Este menino acabou por crescer e traiu a confiança deste abade indo ter com o rei muçulmano, onde revelou o plano do castelo de forma detalhada. O menino que daqui partiu, regressou a Montemor – o – Velho , mas com ele trouxe um grande exército de muçulmanos para atacar aquele castelo. O abade João e todos os que lhe eram fiéis resistiram durante muito tempo, mas a fome acabou por matar uma grande maioria; contudo, os que resistiram ficaram à mercê da resolução que o abade João tomasse. Este sabia perfeitamente que ao se renderem, todas as crianças, mulheres e pessoas de idade seriam

⁴¹ Inês Pinto, Sílvio Gaspar, «O Mosteiro de Santa Maria de Seiça nos meados do século XIX», Litorais, 13 de junho, 2012, Revista, 72r.

massacradas pelos muçulmanos que não tinham piedade de ninguém; ora, face a isto, o abade João decidiu juntar todas as crianças, pessoas de idade e mulheres no pátio e determinou cortar o pescoço a todos eles. Depois de o ter feito, desceu à calçada, saiu pela porta e de espada em punho lançou-se na multidão dos seus inimigos. Contudo, ficou surpreso pelo que viu com os seus olhos: o exército assustou-se e acabou por fugir deixando assim o abade João sozinho nas portas do castelo com uma vitória. Contudo, esta vitória teve o preço de matar todos os seus fiéis ou melhor os seus “filhos” pois que, para estes não serem massacrados, o abade optou por os degolar para lhes poupar sofrimento por parte dos muçulmanos. Sentindo-se vitorioso, mas também com um sentimento de assassino, eis que chega ao seu lado um cavaleiro que diz ao abade que subitamente todas as cabeças se colaram aos corpos dos que este tinha degolado e que estavam todos ressuscitados, estando todos à espera do regresso do abade João nas portas do castelo.

Todas as lendas, são como sabemos, por definição, uma história inverosímil, sendo este o caso da lenda do Abade João. Contudo, o facto de existir na imagem de Nossa Senhora – no pescoço – uma marca com a linha vermelha, levou a que esta lenda fosse de alguma forma alimentada por entre os crentes.

1.2. A cura milagrosa do cavaleiro de D. Afonso Henriques

O nosso primeiro rei de Portugal era uma pessoa bastante acabrunhada e devido a isso foi aconselhado pelos físicos⁴² para que fizesse uma viagem pelo Mondego, com início em Coimbra e até à sua Foz. Esta viagem era, segundo os físicos, uma forma e um instrumento de acalmia para o espírito, pois a paisagem envolvente tem uma presença campestre e da água, tudo fatores que nos remetem para algo sereno e tranquilo.

Segundo a bibliografia consultada, o nosso rei viu surtir este efeito na acalmia de espírito logo no início da viagem «(...) nas águas revoltas do oceano, no pequeno Porto da Barra (couto da Barra), as melhoras seriam evidentes (...)»⁴³. No percurso da viagem, tiveram conhecimento de uma pequena ermida dedicada à Virgem Maria e de que se ouvia falar de muitos milagres. Ao tomar conhecimento de tal facto, D. Afonso Henriques tomou a decisão de conhecer o local, no entanto, enquanto estavam a deslocar-se para lá, um dos cavaleiros do rei – e que por sua vez era

⁴² Nome atribuído aos médicos da época

⁴³ Cabete, « O Mosteiro de Santa Maria de Seíça... »,30.

um grande amigo seu – avistou uma lebre e decidiu caçá-la. Enquanto corria atrás da lebre, não deu conta de uma raiz saliente no solo e o seu cavalo acabou por cair nela, levando a que o cavaleiro caísse de uma forma violenta no chão, acabando por ficar ferido com gravidade e perdendo a vida. Apesar do sucedido, decidiram concluir a sua demanda, levando o corpo para a ermida da qual tinham ouvido falar. Ao chegarem ao local, o nosso rei colocou o corpo do seu cavaleiro no chão da ermida e começou a rezar; ao tocar no chão, o corpo de cavaleiro retomou a vida. Ao assistir a este grande milagre, mesmo em frente aos seus olhos, D. Afonso Henriques prometeu ao eremitão que mandaria construir naquele local um mosteiro dedicado à Virgem Maria. Chamou rapidamente os seus oficiais, a quem ordenou que conferissem todos os meios necessários para que a construção do mosteiro se desse de uma forma rápida. De seguida, entregou-o aos religiosos de Lorvão, atribuindo uma carta de Couto em 1175 ao mosteiro, sendo abade do mosteiro D. Paio Viegas de Brito. O nosso primeiro rei, não viveu tempo suficiente para conseguir ver esta obra concluída e, por essa razão, tendo conhecimento de que poderia morrer antes das conclusões da obra, acabou por inculir ao seu filho e sucessor, D. Sancho I, todas as ferramentas e recursos necessários para que a promessa que fez fosse realizada na sua totalidade.

Como é certo e do conhecimento de todos, as lendas ou as estórias contadas sem estas estarem escritas, têm como consequência o acrescento de informações que quase sempre não correspondem à realidade. Por essa razão, as lendas são apenas suposições sendo os factos documentados mais viáveis para se explicar a origem do Mosteiro de Santa Maria de Seiça na Figueira da Foz.

2. Origem do Mosteiro de Santa Maria de Seiça- realidade histórica

No período da recém-conquista aos muçulmanos, a margem do Sul do Mondego era uma zona pouco povoada ou até mesmo sem existência humana. Esta área era revestida por arvoredos espessos e matagais inacessíveis. No meio deste arvoredo, estava localizada uma capela dedicada à virgem Maria, que recebia os primeiros povoadores «perdidos naquelas brenhas»⁴⁴ na tentativa de obterem um conforto espiritual. Esta pequenina capela⁴⁵ teria uma construção bastante simples.

O documento em escrito, mais antigo e que faz referência a este local é a Carta de Couto de março de 1175⁴⁶, que tinha como outorgante D. Afonso Henriques ao mosteiro de Santa Maria de

⁴⁴ Cabete «O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...»,31.

⁴⁵ É possível ver esta Capela através da imagem 1 dos anexos.

⁴⁶ Se se encontra no documento 3 dos anexos.

Seiça. Até ao momento, este é o documento mais antigo que faz referência ao Mosteiro de Seiça, sendo que, se existir alguma origem anterior, esta está envolta em lendas como acima referi.

Lendas à parte, a realidade é que o nosso primeiro rei estava bem ciente da posição estratégica em que o mosteiro de Santa Maria de Seiça se encontrava. Ou seja, este estava circunscrito na “fronteira mourama”⁴⁷ e na sua costa marítima. Ora esta posição onde se encontrava o mosteiro iria providenciar uma segurança das «(...) praças de Montemor-o-Velho, Coimbra e toda a região (...)»⁴⁸; assim sendo D.Afonso Henriques considerou este ponto estratégico, a ele juntou os monges brancos, convencido, talvez, de que estes conseguissem impulsionar o seu crescimento em Portugal e, por sua vez, levassem a um movimento de fixação de povoadores nessa região. Ora, D.Afonso Henriques foi bastante astuto na forma como procedeu, pois, através da junção de um mosteiro com a ordem de cister conseguiu povoar e reutilizar o solo circundante do Mosteiro de Seiça.

Por sua vez, em março de 1195⁴⁹, o seu filho, D. Sancho I, já reinante, elaborou uma carta em Leiria que permite conferir a este cenóbio a proteção do Mosteiro de Alcobaça. Esta carta, contou com a presença e aprovação do arcebispo de Braga e os bispos de Lisboa, Évora, Lamego, Coimbra e Viseu. Será a partir deste ano que vai vigorar a Ordem de Cister no Mosteiro de Seiça, uma vez que era esta Ordem que detinha o mosteiro de Alcobaça (sendo que este era agora protetor do Mosteiro de Santa Maria de Seiça). Segundo esta carta, existia um couto e doação aos abades de Alcobaça (D. Mendo) e de Seiça (D. Pedro Fruildes) da herdade da Barra. Ainda nesta Carta se dizia que todos os lavradores que ocupassem terras nos seus limites teriam de pagar ao mosteiro os direitos que até aí pagavam ao rei e o dízimo à Igreja Montemor. Já aos habitantes de Coimbra e Montemor era permitida a utilização de lenha e pastagens. Tudo isto tinha como principal finalidade o reforço dos proveitos, abonar o apoio da abadia mãe no sentido de conferir as condições necessárias para a subsistência do mosteiro de Seiça. De todos os bens incluídos nas doações régias, vai ficar conhecido como Couto da Barra⁵⁰.

Passado um bom período, mais concretamente a 8 de dezembro de 1221, em Roma o Papa Honório III através da *Bula Religiosam Vitam Elegantibus*, enviou aos monges e abades de Santa Maria de Seiça uma proteção apostólica, confirmando as doações régias e conferindo-lhes mais privilégios.

⁴⁷ Cabete «O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...»,33.

⁴⁸ Cabete «O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...»,33.

⁴⁹ Carta de Doação de D. Sancho I, pode ser visualizada no documento 4 dos anexos.

⁵⁰ Este couto abrangia a terra nova (primeiro couto que ainda estava por arrotear, despovoado e que ainda não detinha de produção) e da terra velha (propriedade que já detinha povoadores e que passou a fazer parte do senhorio de Seiça).

3. Mosteiro de Santa Maria de Seiça e suas propriedades

O mosteiro de Santa Maria de Seiça, possuía inicialmente como domínios territoriais exclusivamente o Sul do Mondego, por entre os coutos de Lavos e a mata de Aljazedo. Estes dois coutos, eram pertencentes ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, devido a doações régias. Contudo, os direitos eclesiásticos desta vila foram contestados pela Sé de Coimbra e pelo mosteiro de Santa Cruz, numa contestação que se prolongou até 1206. Futuramente, o Mosteiro de Seiça vai expandir as suas áreas a nascente, principalmente nas Cales, Belide, Azoias, Samuel, Figueiró, entre outros lugares até às vizinhanças das vilas de Montemor-o-Velho e Soure.

Contudo, o edifício que hoje nos é apresentado, ou melhor o que dele resta, está localizado a pouco mais de três léguas a sudeste da cidade de Figueira da Foz, sendo que o seu acesso se pode fazer através da estrada nacional (número 109) na saída de Paião.

4. Desamortização de Bens das Ordens Religiosas

O mosteiro de Santa Maria de Seiça vai estar em atividade até à abolição das ordens religiosas que se deu no ano de 1834. E isto ocorreu porquê? Porque neste mesmo ano, através da “Reforma Geral Eclesiástica” que foi delineada pelo Ministro e Secretário de Estado Joaquim António Aguiar, e realizada pela comissão da Reforma Geral do Clero pelo decreto de 30 de maio, foram extintos todos os mosteiros, conventos, hospícios, colégios e casas de religiosos de todas as ordens. Tendo por fim os bens sido integrados nos Próprios da Fazenda Nacional.

Todo o recheio que o Mosteiro de Santa Maria de Seiça detinha, foi dividido por diversas igrejas da zona incluindo: a igreja de S.Julião da Figueira da Foz, a igreja de Santo António da Figueira da Foz, a capela velha de Alquidão, a igreja de Quiaios, a capela de Calvete e de São Bento; a fundação de Bissaya Barreto (em Coimbra), a capela de Porto Goudinho e alguns ainda no museu municipal da Figueira da Foz.

4.1. O que aconteceu ao Mosteiro de Seiça após a abolição das ordens religiosas em 1834

Com a abolição das ordens religiosas, todo o património monástico foi nacionalizado, e mediante a sua importância seria atribuído ao mesmo uma nova funcionalidade. Alguns seriam valorizados enquanto monumentos ou apropriados para a instalação de quartéis militares, escolas,

entre outras funcionalidades; já outros foram vendidos a particulares que chegaram a transformá-los em celeiros, habitações ou unidades industriais.

No que diz respeito ao mosteiro em estudo, após ser apropriado pelo Estado viu o seu destino marcado pela Carta de Lei lançada por D. Pedro V a 22 de fevereiro de 1861 em que esta entregava o cenóbio à junta da Paróquia de Nossa Senhora do Ó de Paião, tendo esta a responsabilidade de realizar as obras necessárias. No ano de 1863, a 11 de janeiro, a junta da Paróquia de Nossa Senhora do Ó de Paião decidiu chamar peritos para que estes avaliassem o imóvel e conseguissem determinar quais as obras necessárias a efetuar, pois este mosteiro encontrava-se bastante degradado.

A junta da paróquia vai efetuar uma visita a Seiça a 24 de maio de 1863, na tentativa de ver se existia alguma coisa no mosteiro que se pudesse aproveitar ou então vender; no entanto, esta ida a Seiça foi apenas o início daquilo que viria a ser um longo processo de destruição deste magnífico mosteiro. Esta deslocação dá-se no ano de 1863, no dia 7 de junho, mas, a 21 deste mesmo mês, é determinado vender uma parte do espólio da Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Seiça.⁵¹ No entanto, todo o estado do mosteiro no que toca à sua degradação vai aumentando de dia para dia e podemos ter essa perceção através da Ata de 14 de outubro de 1864. No ano de 1880 o seu estado de conservação é para a época bastante oneroso, ao que fazem referência dois membros da Academia Real das Belas Artes de Lisboa e, para agravar ainda mais este cenário, a construção da via férrea – a Linha do Oeste – vai destruir ainda mais a estrutura do mosteiro cisterciense.

A junta da Paróquia Nossa Senhora do Ó de Paião vai vender definitivamente as ruínas do mosteiro e o seu terreno circundante a Manuel Marques Leitão. Este, por sua vez, vai adquirir o terreno circundante que faltava e acrescenta-o às ruínas do mosteiro, procedendo então à revenda do imóvel que adquiriu à junta e o terreno que comprou, vendendo assim o imóvel a Joaquim Carriço. Carriço, vai ver no Mosteiro de Seiça características e capacidades para albergar uma unidade fabril, acabando por transformá-lo numa fábrica de descasque de arroz.

5. Mosteiro de Seiça enquanto unidade fabril: “A Fábrica de Descasque de Arroz”

Ora, o mosteiro de Santa Maria de Seiça, com a desamortização dos bens das ordens religiosas vai ficar ao abandono, com um estado de conservação muito agravado e, por sua vez, a

⁵¹ Esta venda só se vai efetuar a 15 de agosto de 1863.

construção, no ano de 1888, do caminho de ferro da linha Oeste impede que existisse algum tipo de reabilitação do mesmo. Contudo, parece que este belo mosteiro vai adquirir uma nova utilização no século XIX. Após a venda efectuada pela Junta da Paróquia das ruínas a Manuel Marques Leitão e este, depois de, posteriormente, ter vendido o imóvel e o terreno circundante a Joaquim Carriço, o mosteiro de Seiça vai estar à mercê dos planos do seu novo proprietário que acabará por transformar o mosteiro numa fábrica de descasque de arroz.

Este não mostrou grande preocupação com o estado de conservação do mosteiro; apesar dele viu aspetos positivos para que o pudesse reutilizar e construir uma unidade fabril. E qual é o grande porquê de surgir nesta zona uma fábrica de descasque de arroz e não outro tipo de indústria? Ora, isto deveu-se em muito ao grande acesso a abastecimento de água que o mosteiro detinha e que era garantido pela Ribeira de Seiça, assim como o local onde se encontra, junto da linha do Oeste, o que iria permitir um maior e mais fácil escoamento da produção. Esta fábrica vai ficar a funcionar até ao seu ano de encerramento, em 1976.

5.1. Família Carriço e a sua relação com a Fábrica de Descasque de Arroz

O inesquecível Mosteiro de Seiça, após ter sido uma instituição religiosa e de com o termo das ordens religiosas em 1834, ter ficado ao total abandono, surge-nos no século XIX como uma fábrica de descasque de arroz.

Esta propriedade encontrava-se, neste último século, inserida no couto de Seiça sob a posse da junta da Paróquia da Freguesia de Paião⁵². No dia 25 de dezembro do ano de 1895, vai reunir-se a junta da Paróquia da Freguesia de Paião, para levar a cabo a venda das ruínas da referida Igreja como havia sido proposto na sessão de 25 de novembro de 1895. Através do Auto de Arrematação podemos retirar a seguinte informação: «Sendo onze horas da manhã, e achando-se reunidas muitas pessoas no local indicado, foram na presença d'ellas lidas pelo presidente as condições de arrematação»⁵³, em que as seguintes condições assentavam na venda das ruínas da Igreja e do terreno onde se estabelecem e todo o terreno vizinho sendo que «(...) o arrematante deve entrar no cofre da Junta com a importância da arrematação prazo de oito dias a contar do dia da mesma arrematação»⁵⁴, uma vez que a base de licitação seria de quinhentos mil reis.

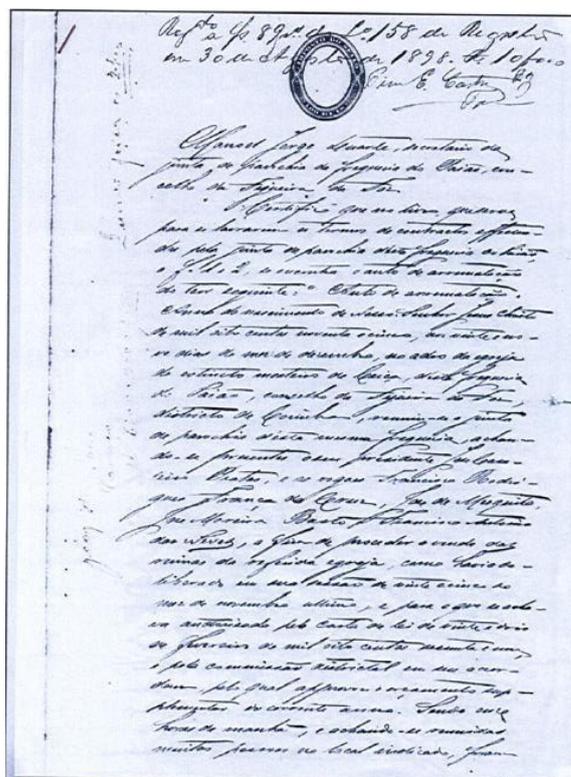
⁵²Consequência que adveio da desamortização de bens do ano de 1834 e alinação das propriedades de Seiça devendo-se ao facto da legislação liberal.

⁵³Maria Isabel Sousa, *O Mosteiro de Seiça e a Fábrica de Descasque de Arroz. Do Silêncio dos arrozais ao ruído fabril* (Figueira da Foz, 2018), 11.

⁵⁴Sousa, *O Mosteiro de Seiça e a Fábrica...*,11.

Vai existir apenas uma oferta, que será feita apenas com a base de licitação de quinhentos mil e quinhentos reis, originária do comendador Manuel Marques Leitão⁵⁵. As ruínas deste magnífico mosteiro vão ser efetivamente vendidas a este comendador; a quantia oferecida pelas ruínas deveria ser paga na tesouraria da junta da Paróquia no dia 30 de dezembro de 1895.

Após a sua chegada ao Brasil, este vai reconhecer a validade destes documentos (auto de arrematação e o recibo da tesouraria) em que no verso podemos ler o seguinte: «Attestamos ser verdadeiras as afirmações constantes no verso deste. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1898».



Documento 1: Auto de Arrematação (1º página)

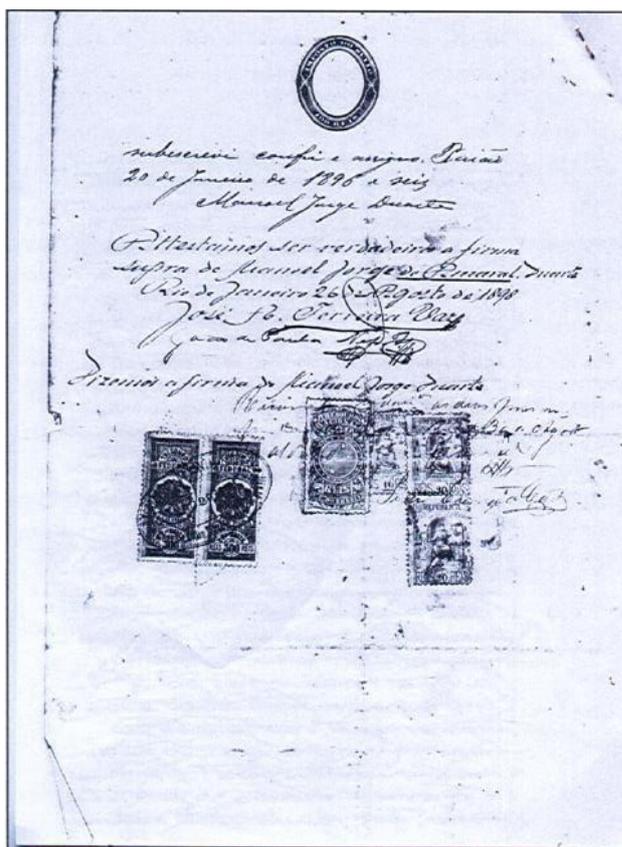
Fonte: Documento de Maria Isabel Sousa, 2018, O Mosteiro de Seica e a Fábrica de Descasque de Arroz- Do silêncio dos arrozais ao ruído fabril (Figueira da Foz),12.

Podemos partir do princípio de que, com a confirmação destes documentos, Manuel Leitão, viesse, daqui a uns anos, vender a propriedade que tinha adquirido em Paião. Tal irá acontecer no dia 2 de fevereiro de 1911, quando aparecem no 8º cartório do Rio de Janeiro o comendador Manuel Leitão e a sua esposa (constituintes vendedores) e Joaquim dos Santos Carriço (comprador).

Ora o que estava em venda eram os bens que Manuel Leitão adquiriu no auto de arrematação, assim como uma propriedade circundante que adquiriu posteriormente. Esta venda, teve como

⁵⁵Este era uma comerciante na cidade do Rio de Janeiro, mas aquando da venda das ruínas este estava em Paião

preço seis contos de reis em moeda forte, e dezanove contos e quinhentos em moeda brasileira. Esta venda do imóvel, apressada, poderá estar ligada ao acontecimento que ocorre em 1910 de se instituir em Portugal um novo regime – a República – o qual poderia retirar a propriedade a Manuel Leitão devido à sua ausência de Portugal; ou então temos por outro lado Joaquim dos Santos Carriço que tem uma grande vontade em voltar a Portugal e vê neste negócio o seu bilhete de passagem.



Documento 2: Verso do Auto de Arrematação

Fonte: Documento de Maria Isabel Sousa, 2018, O Mosteiro de Seça e a Fábrica de Descasque de Arroz- Do silêncio dos arrozais ao ruído fabril (Figueira da Foz),13.

A aquisição da propriedade dá-se em 1911, tendo Carriço voltado para Portugal, deparando-se com um «monte de ruínas envolvidas por um enorme silvado»⁵⁶. Ora, Joaquim não ficou de todo desiludido com o estado em que o imóvel se encontrava, muito menos insatisfeito com o mesmo, sendo um homem bastante hábil e com um sentido empreendedor e empresarial bastante apurado, viu nesta compra a oportunidade de a rentabilizar economicamente. Inicialmente, utilizou o mosteiro como moagem mas, rapidamente, no ano de 1917, transformou-o numa fábrica de

⁵⁶Sousa, *O Mosteiro de Seça e a Fábrica...*,14.

descasque de arroz. Toda a gerência da fábrica vai estar a cargo de Joaquim Carriço – desde o ano de fundação e até ao ano da sua morte (1926); posteriormente, vai ficar sob a responsabilidade dos seus herdeiros. No entanto, em meados da década de 70 do século XX, mais precisamente no ano de 1976, a fábrica vai fechar de vez, tendo como principais motivos de encerramento as discórdias existentes entre os herdeiros de Joaquim Carriço.

5.2. Características que o Mosteiro de Seiça tinha e que foram importantes para se realizar a construção de uma fábrica

Como já referi anteriormente, Carriço irá utilizar, de uma forma inicial, a estrutura do mosteiro como moagem, e só depois é que vai transformar este numa unidade industrial de descasque de arroz.

Sobre todo este processo de moagem existem poucos dados, contudo sabia-se que para o seu andamento era necessária a força das águas da Ribeira de Seiça. Como detinha uma vastíssima propriedade, Joaquim Carriço arrendava-a a várias pessoas da região, tendo como instrumento de pagamento de rendas o milho. Todas as transformações, movimentações e pagamentos estavam registados num único livro, pertencente a Carriço, conhecido como Livro de Registos. Este senhor, como já referi, detinha um forte sentido empresarial e empreendedor e, quando chega a Portugal, antes de começar a fábrica, vai emprestar dinheiro a juros a pessoas da região e da sua confiança, tendo este negócio sido bastante rentável, como podemos constatar no seu livro de registos através da seguinte expressão: *“saldo a meu favor n'esta data”*.

Vai instalar-se uma fábrica, abrigada sob as estruturas do mosteiro, contudo para que esta pudesse surgir, era necessário que o mosteiro tivesse de determinadas condições que fossem favoráveis para a sua instalação, mas quais eram? Ora, sabe-se que os originais descasques de arroz eram inseridos em edifícios altos e com amplos espaços, ora o mosteiro detinha destas condições que o tornavam um local adequado para o surgimento desta indústria. A construção da fábrica iniciou-se em 1917, dado que se pode filtrar do livro de registos de Joaquim, podendo também verificar-se todas as despesas envolvidas na construção da fábrica – desde cimento, transporte de pedra, pagamento de mão de obra especializada, entre outros. No interior da igreja vai dar-se a implantação de uma estrutura de madeira, sendo esta constituída por «dois pisos

suspensos em colunas de madeira e ligados entre si por todo um conjunto de escadarias de acesso»⁵⁷. Nesta fábrica existiu sempre uma procura de ligação entre técnica e estética; no ano de 1991 estas estruturas estavam poeirentas, contudo, através de relatos e dados bibliográficos, estas estruturas eram extremamente cuidadas, havendo um carpinteiro destacado para essa mesma função durante o período de funcionamento da fábrica.

Como em todas as outras fábricas, a fábrica de Seiça tinha um escritório para o seu empresário, e este encontrava-se situado na igreja, junto a uma janela lateral, do lado direito, onde ainda hoje é possível detetar vestígios das prateleiras existentes à época industrial. Esta fábrica arrancou com a sua produção em 1917, existindo um registo de compra de arroz em agosto deste mesmo ano⁵⁸, sendo que se deu também neste ano o início das vendas do mesmo produto. O negócio em que Carriço apostou começou, logo de imediato, a fazer sucesso e a obter frutos, tendo prosperado de uma forma impensável e acabando por ser necessário recorrer a uma renovação da maquinaria inicial. Ora Joaquim, no ano de 1919, vai tomar a atitude da venda do recheio da fábrica a Luís Meireles, e posteriormente vai comprar nova maquinaria para Seiça. Partindo de registos da época, sabemos que a nova maquinaria que vinha para Seiça era proveniente de «Badajoz e transportada em caminho de ferro até à Telhada e depois até ao local»⁵⁹. Fora a nova maquinaria, o mosteiro vai neste ano sofrer um conjunto de transformações no que diz respeito ao seu exterior e posteriores acrescentos: deu-se a construção de um armazém na zona lateral esquerda da igreja; foi construída uma chaminé de tijolos na mesma zona do armazém e uma estrutura que se encontrava na ala lateral do mosteiro junto à linha férrea sendo composta por três lances de escadas que iam de encontro ao caminho de ferro (assim poderia efetuar-se o carregamento das vagonetas destinadas aos vagões do comboio).

Acredita-se que esta estrutura de 1919 a 1920 será aquela que se terá conservado até ao momento em que a fábrica de descasque de arroz terá fechado as portas, na década de 70 do século XX.

5.3. A importância da Linha do Oeste

A chegada do comboio a Portugal surtiu consequências económicas enormes, nomeadamente na circulação interna dos produtos agrícolas e industriais. Pois sem o seu surgimento seria

⁵⁷Sousa, *O Mosteiro de Seiça e a Fábrica...*,18.

⁵⁸Este registo está localizado no livro de registos de Joaquim Carriço. Livro onde detinha de todas as transações feitas pelo proprietário da fábrica.

⁵⁹Sousa, *O Mosteiro de Seiça e a Fábrica...*,20.

complicado ou melhor estaríamos mais atrasados para a nova cadência que surgiu a partir da segunda metade do século XIX.

Devido à ausência de estradas, a fábrica de descasque de arroz terá beneficiado em muito do uso do comboio para a sua expansão, e isto deve-se ao facto de mesmo ao seu lado ter sido construída a linha do Oeste. Será através desta linha que se irá dar a entrada e o escoamento do produto, ou seja, era através dela que chegava o arroz com casca (vindo de vários pontos do país) e será também através dela que partirá o arroz descascado. Para uma melhor qualidade e eficácia foi construído nas traseiras do mosteiro uma ramificação privada (constituída por 80 metros), onde eram dirigidos os vagões da CP com a mercadoria. Daqui existia um trilho de ferro de acesso à zona lateral direita do edifício onde se localizava o armazém. O percurso deste trilho era efetuado por vagonetas, que faziam a ligação entre os dois. Durante a atividade fabril era frequente os vagões permanecerem na ramificação vários dias até que estivessem completas as manobras de cargas e descargas. Depois existia uma máquina destinada exclusivamente para o conduzir à Telhada.⁶⁰ No que diz respeito à distribuição dos vagões, normalmente era efetuada da seguinte forma: dois para Guia, dois para Seiça e dois para Lourçal.

5.4. A fábrica de descasque de arroz e o seu impacto económico

A fábrica de descasque de arroz de Seiça, provocou um grande impacto quer a nível regional como a nível inter-regional. Claro está que esse impacto é muito devido à construção da via férrea muito próxima ao mosteiro.

Quando falamos de onde vem o arroz com casca, a sua origem era bastante variada: tínhamos o produto proveniente da própria propriedade onde se localizava a fábrica, de todas as terras que eram arrendadas à sua volta e em que o pagamento da renda era feito através do arroz, e por fim, temos o arroz com casca proveniente da compra a proprietários da região ou de outras, nomeadamente das Caldas da Rainha e de Vila Franca.

Já no que diz respeito ao escoamento do produto, este era em grande parte enviado para o norte do país- Santo Tirso, Braga, Viseu, Barcelos, Famalicão, Matosinhos, Santa-Comba-Dão e Mangualde. Uma parte menor era destinada a Cantanhede, Leiria, Lisboa e Figueira da Foz⁶¹. O

⁶⁰Local onde à época existia uma estação próxima.

⁶¹Aqui o comprador mais frequente era a sociedade da Farinhas e Sêmeas.

Baixo Mondego era uma região de grande produção de arroz, contudo o consumo deste não era notável, daí uma grande parte da produção ser enviada para outras regiões.

Ora após a fábrica de descasque de arroz ter fechado portas no ano de 1976, este velho mosteiro vai ficar em completo abandono, acabando por se degradar a cada dia que passa. O que persiste do mosteiro é a «Igreja, amputada em metade do seu tamanho e sem abóbada da nave, as alas norte e poente do claustro sul, os espaços destinados à portaria e hospedaria, parte das celas do dormitório do primeiro piso, o corpo respeitante à cozinha e refeitório, também amputado em parte, para nascente e ainda parte do segundo claustro»⁶².

Na tentativa de proporcionar ao mosteiro uma nova funcionalidade, para que este não ficasse ao total abandono, a Câmara da Figueira da Foz vai avançar com um contrato de compra e venda do Mosteiro de Seiça a um dos seus proprietários – António Carriço – no dia 24 de julho de 2000. Desde a sua aquisição, tendo a sua escritura ficado firmada no ano de 2004, no dia 9 de março, que a Câmara da Figueira da Foz tenta procurar uma solução ou melhor uma utilização para o mosteiro cisterciense que até há bem pouco tempo era uma fábrica de descasque de arroz. Contudo, esta ânsia com que a Câmara procurava solução ficou desvanecida, tendo nos dias de hoje a demonstração de um mosteiro degradado, bem enquadrado naquilo que podemos designar por *ruína*. É certo que esta ausência de uma solução e até mesmo de determinados cuidados a ter, levaram a que este magnífico mosteiro como foi outrora se apresentasse, assim, num estado tão deplorável e bastante gravoso. Este cenário em que se apresenta o mosteiro de Santa Maria de Seiça impede que, à medida que os anos vão passando, sem qualquer tipo de intervenção, que haja uma solução que reabilite o mosteiro na sua totalidade, ficando a cada ano que passa mais degradado e a sua degradação tornando mais dispendiosa qualquer reabilitação.

⁶²Pinto, « O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...», 80.

Capítulo IV - Análise do estado de conservação do mosteiro

1. Porquê reabilitar este mosteiro e não outro monumento que se encontre no mesmo estado de conservação?

Antes de avançar com a crítica ao estado de conservação do mosteiro existe uma questão que se coloca: porquê escolher o mosteiro de Santa Maria de Seíça – e não outro monumento que esteja no mesmo estado de conservação – para uma possível reabilitação do mesmo? A realidade é que, em Portugal, existem muitos imóveis de carácter eclesiástico que, tal como Seíça, se encontram num estado bastante gravoso e mesmo num estado de ruína avançado; no entanto, por que razão optei por escolher este mosteiro e não outro?

A partir da análise da obra *Portugal em Ruínas*⁶³, de Gastão de Brito e Silva, conseguimos perceber que existe um conjunto de edifícios eclesiásticos que se apresenta num estado de conservação igual ao de Mosteiro de Seíça, de entre os quais o mosteiro da Nossa Senhora da Assunção em Penafirme, do qual podemos apreciar o seu estado com a fotografia 10 existente no anexo, o qual está localizado no limite da Póvoa de Penafirme, e diz respeito aos vestígios de um antigo cenóbio agostinho. Ainda é possível detetar a delimitação da estrutura da Igreja, contudo este mosteiro foi afectado pelo terramoto de 1755, terminando assim por ficar ao abandono. Temos também outro mosteiro em Portugal num estado de conservação muito degradado, que é o mosteiro da Nossa Senhora do Castelo das Covas de Monfurado, retratado na fotografia 11 do anexo. Tendo sido edificado no século XVIII, era um local coberto de simplicidade e, como o mosteiro de Penafirme, também foi afectado pelo terramoto de 1755, do qual conseguiu recuperar até ao decreto da abolição das ordens religiosas de 1834 que terminou com este cenóbio. Para além destes dois mosteiros, muitos mais estão retratados nesta obra de Gastão de Brito e Silva, exactamente com um estado de ruína iminente, estando também retratado nesta obra o Mosteiro de Santa Maria de Seíça⁶⁴. Destes, foi o Mosteiro de Seíça que em primeira mão me suscitou interesse. O seu ar de ruína e abandono, suscitou-me um interesse pessoal pela procura da sua história, a presença da chaminé de tijolo burro – que podemos desde logo destacar ao olhar em primeira vista para o cenóbio – veio reforçar ainda mais uma curiosidade de descobrir tudo o que estaria por detrás da sua forma e o motivo do seu abandono. Com o estudo da sua história, consegui perceber que estava na presença de um edifício que remonta aos primórdios da formação de Portugal enquanto reino, assim como uma estrutura que albergou uma Ordem que

⁶³Obra que retrata, através do uso da fotografia, as ruínas existentes em Portugal, estando divididas em quatro classificações: a eclesiástica, a militar, a civil e a industrial.

⁶⁴Fotografia 12 do mosteiro em anexo, retirada da obra de Gastão de Brito e Silva.

estava também a vingar no território (Ordem de Cister). No decorrer da pesquisa sobre o Mosteiro de Seiça constatei que se vai transformar numa fábrica de descasque de arroz, como esclarecemos no capítulo anterior.

Toda a envolvimento e persistência do mosteiro e a sua adaptação ao longo dos tempos fez com que surgisse o interesse de entender o motivo do seu abandono e se não existiria alguma forma de salvar este significativo património. A realidade é que existem formas de reabilitar, e é importante fazê-lo para que se salve uma estrutura com construção impulsionada pelo nosso primeiro rei. Num momento em que Portugal se procurava afirmar enquanto reino, D. Afonso Henriques viu a necessidade de se construir um mosteiro que fosse impulsionador de uma Ordem e que, por sua vez, trouxe consigo consequências positivas ao reino. Deste modo, seria importante reabilitar o mosteiro tornando-o como um instrumento de apoio e impulsionador da própria área onde se insere. A recuperação do património, traz consigo atratividade e, conseqüentemente, uma possível melhoria em toda a estrutura turística da região em que se insere.

Em suma, ao contrário de todos os outros monumentos, que também devem ser salvaguardados, o Mosteiro de Seiça ganha, no meu ponto de vista, uma primazia pela sua carga histórica e a sua contribuição para a formação de Portugal.

2. Crítica ao estado de conservação atual do mosteiro

O encerramento da unidade fabril que o mosteiro acolheu no século XIX levou a que este permanecesse num estado de abandono perante as entidades que eram suas proprietárias⁶⁵. Como já avancei um pouco no ponto anterior, a Câmara da Figueira da Foz no ano 2000 revelou um interesse pelo imóvel, tendo como principal desejo a procura de uma solução para reabilitar o mosteiro, acabando assim por comprá-lo aos seus proprietários. Uma vez na posse da Câmara, o mosteiro via assim uma nova *“oportunidade”* para alcançar um novo rumo; contudo, após a aquisição do mosteiro, tal solução parece que ficou esquecida e com ela um edificado cheio de história.

A verdade é que nos deparamos com um mosteiro envolto num esquecimento enorme, à mercê das intempéries, que o arruinam de dia para dia, já para não falar do vandalismo a que foi sujeito.

⁶⁵Após o encerramento da fábrica, o mosteiro ainda esteve na posse da família Carriço

Quando olhamos para este mosteiro cisterciense, percebemos de imediato que se encontra num estado que é quase impossível de classificar e descrever, mas é isso que esta minha dissertação procura explicar.

Destacamos de imediato, num primeiro olhar, que existe uma vegetação que invade toda a estrutura arquitetónica do mosteiro; é possível detetar janelas e vidros partidos (quando olhamos para a fachada do mosteiro)⁶⁶; temos portas que foram entaipadas; a ausência em algumas partes do mosteiro de cobertura; em outras temos os tetos a cair e muitos deles em mau estado⁶⁷; vigas ao dependuro⁶⁸; paredes que caíram e as que restaram ou estão cobertas com vegetação ou então estão vandalizadas (com a presença de graffitis)⁶⁹. A juntar a estes – alvo da falta de manutenção e resguardo que deveria ser da responsabilidade do detentor – temos o factor climático, ou seja, o clima vai deteriorando aos poucos a estrutura que, se não for cuidada e limpa vai levar ao surgimento de manchas nas pedras basilares da arquitetura como podemos ver na fachada.

A presença da fábrica de descasque de arroz, é também bem visível e de fácil destaque nos dias de hoje. Conseguimos de imediato ver uma grande chaminé⁷⁰ que se eleva, tendo do seu topo um ninho de pássaros (mais um factor que mostra o desleixo e a falta de cuidado), ainda podemos ver no interior do mosteiro a presença da estrutura de madeira que foi implantada no cenóbio e que diz respeito à era industrial, assim como a presença do armazém que era utilizado para guardar a produção. O caso de desmazelo e abandono é de tal modo gravoso que este detém de uma carta de risco⁷¹ datada do ano de 2004, atribuída pela DGEMN, carta esta resultante da análise do estado estrutural do edificado em questão. No entanto, até há bem pouco tempo, o mosteiro detinha de uma classificação patrimonial, estava classificado como Imóvel de Interesse Público, classificação esta que adquiriu no ano de 2002, contudo no ano passado (2018) adquiriu a 2 de dezembro uma requalificação passando assim para Monumento Nacional. No entanto, apesar desta requalificação, as mudanças que este mosteiro deveria ter ainda não apareceram; terá este mosteiro de *cair* de vez para que seja reconhecido o seu valor? Certo é que esta classificação não provocaria mudanças logo de imediato, contudo ainda permanecem as promessas da sua reabilitação.

⁶⁶Onde é possível evidenciar através da imagem 2 do anexo e nas fotografias 6 e 7 do apêndice.

⁶⁷Retratados os pormenores de um dos tetos do mosteiro, através da fotografia 4 do apêndice e da imagem 7 dos anexos.

⁶⁸Estado do interior do mosteiro retratado pela fotografia 5 do apêndice e através das imagens 4,5,6 e 10 dos anexos.

⁶⁹Retratado na imagem 8 do anexo.

⁷⁰Fotografia 8 do apêndice.

⁷¹Esta carta de risco é conhecida como sendo uma Carta de Risco do Património Arquitectónico. Esta carta assenta numa base de dados sobre todo o estado de conservação do património arquitectónico, base esta que foi estipulada pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação.

3. O Mosteiro de Seiça: estrutura arquitetónica e modificações sofridas ao longo dos anos

O mosteiro de Santa Maria de Seiça conheceu, ao nível da sua construção, influências provenientes da Ordem na qual se integrava – a Ordem de Cister. Todas as construções desta Ordem obedeciam a determinadas regras referentes à «organização programática específica de modo a dar resposta às exigências de uma comunidade monástica isolada e com uma vida sedentária e autossustentável»⁷², por essa razão todas as estruturas arquitetónicas dos mosteiros da Ordem de Cister eram desprovidas de qualquer tipo de ornamentos considerados supérfluos. Contudo, os espaços comuns, no que se refere à sua organização, poderiam apresentar diversas alterações que estariam, possivelmente, relacionadas com aspectos económicos ou topográficos mas tendo sempre que seguir o modelo cisterciense.

Até ao século XVI o mosteiro foi sofrendo algumas intervenções; contudo foi no ano 1572 que se deu a construção de um “*novus*” mosteiro levando a que existisse uma mudança na sua posição. No que diz respeito à dimensão do mosteiro, este dependia em larga medida do número de monges que albergava. O Mosteiro de Seiça tinha as seguintes instalações: dormitório, refeitório, área claustral, áreas destinadas a noviços, zonas de confessionário, portarias e Igreja. Quer neste mosteiro, quer em outro desta Ordem, existia uma distribuição racional e disciplinada dos espaços, existindo assim um aproveitamento de todos os recursos naturais presentes no local onde cada mosteiro se inseria.

A publicação elaborada pela Ordem referente às *Diffinições da Ordem de Cister e da Congregação de Nossa Senhora de Alcobaça*, no ano de 1593, levou à implementação de um conjunto de regras nas atividades claustrais, assim como no restauro e construção de mosteiros. De Seiça, um mosteiro que «tinha cerca de 25 celas para monges»⁷³, uma grande parte é hoje inexistente; o que dele resta e dos espaços que detinha estão hoje completamente escondidos e em condições muito deploráveis; contudo, ainda é possível fazer uma pequena descodificação de algumas funções de algumas salas.

Tal como aconteceu na abadia-mãe (mosteiro de Alcobaça), também o Mosteiro de Seiça sofreu algumas alterações: em 1672 a antiga Igreja medieval que estava localizada a norte vai ser demolida, sendo construída uma nova na zona sul apenas por motivos de higiene. Embora hoje

⁷²Kevin Rodrigues Lopes, «Habitar a Memória: Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça» (Tese de Mestrado, Lisboa, FAUL, 2017), 64.

⁷³Cabete «O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...», 40.

esteja na sua maioria destruída, foi uma Igreja composta por uma nave única com cinco tramos. Em quatro dos tramos da Igreja ainda é possível detetar, em cada lado, quatro capelas abertas para a nave central por arcarias e ligadas por pequenos arcos. Relativamente ao quinto tramo, este dizia respeito ao cruzeiro que seria coberto por uma cúpula de tambor, seguindo-se a ele uma capela-mor coberta por uma abóbada de canhão adornada com caixotões de pedra. Da zona da capela-mor e do cruzeiro hoje nada resta, apenas temos a presença de um arco triunfal que faz a transição para a nave – entaipada como podemos ver em outras zonas ao longo do mosteiro. A cobertura da nave única, era composta por uma abóbada de berço de volta perfeita, sendo suportada por arcos torais e construída em tijoleira. Desta hoje vemos apenas os vestígios de um tramo da abóbada. É possível também identificar um coro-alto sobre o nártex, com abóbada de aresta que está intimamente relacionada ao momento da entrada do templo.

Já externamente, a fachada de Seiça é muito semelhante à da Igreja de São Vicente de Fora. No rés-do-chão (o primeiro nível) é constituída por três tramos, duas torres tendo arcos do nártex entre eles; no segundo nível é possível evidenciar janelões, um em cada extremidade tendo entre elas a presença de três nichos; o último nível é composto por duas janelas – ambas em cada extremidade – tendo no seu meio uma janela termal. Tudo isto é resultado da existência de «duas torres ladeadas a eixo da fachada e pelo facto de esse mesmo eixo ser dividido por duas pilastras que acompanham a fachada desde a base até intersectarem a janela termal».⁷⁴

Como já referi em outras partes desta dissertação, no ano de 1911 este mosteiro vai ser vendido a particulares e posteriormente transformado numa fábrica de descasque de arroz. Com a construção da unidade fabril uma parte do mosteiro vai ser modificado; a ala Este vai ser particularmente destruída para dar lugar ao armazém dos cereais assim como alguns espaços interiores da Igreja; no entanto, não houve apenas modificações mas também acrescentos à mesma – a construção de dois armazéns⁷⁵ e a construção da chaminé de tijolo – sendo as mudanças mais evidentes. Relativamente a todas as modificações elaboradas no interior do mosteiro estas diziam respeito à subdivisão de grandes salas ou ao entaipamento de vãos. Um exemplo de destaque foi a modificação referente às instalações sanitárias construídas no claustro.

Aquando do seu surgimento, o mosteiro foi alvo de algumas intervenções realizadas na época devido à sua mudança de uso enquanto edifício. Após o término do período industrial, o mosteiro foi alvo de um abandono levando a que, tal como afirma Kevin Rodrigues Lopes na sua obra

⁷⁴ Lopes, «Habitar a Memória: Reabilitação do Mosteiro...»,68.

⁷⁵ Os armazéns tinham como função a salvaguarda dos cereais e sua secagem.

Habitar a Memória: Reabilitação do Mosteiro de Seiça, qualquer «(...) construção que não sofre obras de requalificação e restauro entra em decadência até chegar à ruína.»⁷⁶

Esta afirmação do autor retrata em grande medida o Mosteiro de Seiça, pois a ausência de intervenções levou a que este se encontre num estado de ruína bastante grave.

4. Intervenções que foram feitas no mosteiro

No que diz respeito às intervenções recentes que foram feitas em Seiça, podemos concluir de uma forma imediata que foram muito poucas ou até nulas. O seu estado de ruína revela uma falta de cuidados prestados ao mosteiro cisterciense. Mas terá sido sempre assim?

Quando fazemos uma retrospectiva de todas as intervenções feitas no mosteiro, vemos que elas remontam ainda ao período em que este funcionava como mosteiro e quando ainda albergava os monges brancos. No ano de 1513, a 5 de abril, foi enviado para Seiça um emissário do rei D. Manuel I, devido ao pedido elaborado pelo padre Carreira, na medida em que o rei comunicou o interesse em tentar fazer reparos naquele cenóbio. Este emissário do rei deveria fazer um levantamento de tudo aquilo que era necessário consertar, elaborando assim uma carta ao rei em que constava todo o seu levantamento :«a cozinha deveria ser construída junto ao refeitório, com nova amassaria e forno; a enfermaria estava arruinada, assim como a sala dos monges; a portaria e o celeiro estavam em ruína; o claustro necessitava de ser rebocado e não tinha água.»⁷⁷ No que dizia respeito à Igreja era necessário «(...) dourar o altar da capela-mor; revestir as paredes com azulejos; abobadar o cruzeiro; ladear o corpo das naves que estava em terra batida; substituir o madeiramento da cobertura da nave; colocar grades de parede a parede para separar os monges dos leigos; efectuar reparações no coro e deslocamento dos órgãos para outro local; reparar a sala do capítulo, incluindo o seu ladrilhamento; proceder ao entaipamento de alguns vãos e colocação de vidraças noutros, para evitar a entrada de pássaros.»⁷⁸

Num momento mais tardio, já no reinado de D. Sebastião, o cardeal D. Henrique, vai mandar executar obras no Mosteiro de Seiça, através da carta régia de 6 de julho de 1572. Foram mandados construir novos espaços os quais foram implantados a norte da Igreja. No ano de 1596, D. Filipe I vai confirmar o despacho de D. Sebastião e assim permite que se dê continuidade às

⁷⁶Lopes, «Habitar a Memória: Reabilitação do Mosteiro...»,69.

⁷⁷Pinto, « O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...», 75.

⁷⁸Pinto, « O Mosteiro de Santa Maria de Seiça...», 75.

obras em Seiça. Com a abolição das ordens religiosas, o mosteiro ficou assim ao abandono, até como já referi no capítulo anterior, à construção da unidade fabril por Joaquim Carriço, no século XIX. Ora sabe-se que esta adaptação do mosteiro para uma fábrica de descasque de arroz trouxe consigo algumas alterações no cenóbio nomeadamente na construção de um armazém (para o armazenamento do produto), a construção da chaminé e por sua vez uma pequena modificação no seu interior – com a implantação da estrutura de madeira que fazia com que existissem dois pisos. No entanto estas mudanças, não dizem respeito a intervenção que procurava a preservação e conservação do mosteiro; é certo que o modificaram em alguma medida, no entanto a sua estrutura arquitetónica em nada mudou.

Mas se esta ausência de intervenções na conservação do mosteiro já era evidente quando este ficou abandonado com a abolição das ordens religiosas, e o facto de este albergar depois uma fábrica de descasque de arroz, não levou a que existisse uma mudança. Mesmo a aquisição do imóvel por parte da Câmara de Figueira da Foz no ano de 2000 também nada de novo lhe trouxe. A realidade é que através do site SIPA⁷⁹ no que toca à parte cronológica de novas intervenções no mosteiro, podemos detetar que não existe qualquer registo de intervenções recentes efectuadas no mesmo. As últimas intervenções registadas neste site e que dizem respeito ao mosteiro, estão datadas do ano 2004, quando a CMFF efectuou a remoção dos escombros do interior da Igreja. Foi no mesmo ano que a DGEMN elaborou uma carta de Risco para o mosteiro.

É, segundo estipulado nas cartas patrimoniais, da competência do Estado a salvaguarda de todas as obras (monumentos, literárias, esculturas, entre outros), ou seja, de tudo aquilo que possa ter uma índole histórica e constituir um marco importante das épocas passadas. Ora, se este mosteiro foi, como já referi várias vezes ao longo deste estudo, mandado construir pelo primeiro rei de Portugal e por já ter passado por anos e anos, chegando mesmo a albergar uma fábrica de descasque de arroz, qual é a razão para que não esteja salvaguardado? Não dá para entender todo este abandono, sendo que a desculpa mais frequente é a falta de verbas. É certo que reabilitar e intervir neste mosteiro não vai ficar de todo livre de umas despesas bastante alargadas, contudo, se ao longo do tempo, este mosteiro fosse alvo de algumas intervenções – tivessem sido elas a nível de limpeza da estrutura – não estaria agora com os contornos em que se encontra e muito provavelmente não seriam tão caros os seus reparos. Contudo, não é só através do site do SIPA que conseguimos ter a perceção das intervenções feitas neste mosteiro,

⁷⁹Sistema de informação para o Património Arquitetónico

existe um espaço no internet dedicado única e exclusivamente ao cenóbio de Santa Maria de Seíça, e que dá destaque a todas as notícias e acontecimentos que ocorrem no mosteiro de Santa Maria de Seíça (<https://mosteiredeseica.com/>). Através deste site conseguimos ter acesso a notícias de jornais, de revistas e a outros sites que abordam o mosteiro, constituindo uma boa ferramenta de pesquisa sobre o cenóbio. Mereceu a minha atenção um artigo do *Jornal de Notícias* (24 de agosto de 2006) que dizia respeito à ameaça da queda da fachada de mais de 800 anos do Mosteiro de Seíça. Para além de neste artigo se fazer referência a uma breve introdução à história do mosteiro, uma parte deste dizia respeito ao seu estado de conservação em que o classificava como tendo «(...) vidros e janelas partidas, portas arrombadas e a cobertura destelhada(...)»⁸⁰, terminando por fazer referência a que «a autarca do PSD prometeu uma intervenção de fundo no imóvel»⁸¹, contudo este continua “à mercê da degradação e do vandalismo”⁸². Ora, se estamos perante um artigo de jornal que foi publicado no ano de 2006, até à atualidade pouco mudou neste cenário. Diria mais, que este cenário se encontra cada vez mais gravoso e degradado. No ano de 2017 surgiu a vontade de reclassificar o Mosteiro de Seíça, ou seja, de este deixar de ser um bem de interesse público para passar a ser classificado como monumento nacional, sendo que neste ano existiu também já um projecto para a sua reabilitação. As promessas de que as obras estariam prontas para arrancar no ano de 2018 faziam-se ecoar; no entanto, estas não ocorreram, tendo apenas conseguido que a 2 de dezembro de 2018 se desse a reclassificação do mosteiro para “Monumento Nacional”. Agora, de novo classificado, espera-se que as tão aguardadas obras se iniciem e que se reabilite de vez o mosteiro; no entanto, tal está só programado para o ano de 2020.

Agora pergunto-me se estas obras irão de facto efectuar-se, ou se irá manter-se o sucessivo desinteresse pelo cenóbio? Terá finalmente o Mosteiro de Seíça obtido o passe para a sua reabilitação e reutilização?

⁸⁰ Paulo Dâmaso, «Fachada do mosteiro com 800 anos ameaça ruir», *Jornal de Notícias*, 24 de Agosto, 2006.

⁸¹ Dâmaso, «Fachada do mosteiro...», 2006.

⁸² Dâmaso, «Fachada do mosteiro...», 2006.



Fotografia 1- Interior daquele que seria o Claustro do Mosteiro de Seixa

Fonte: Foto da autora

5. Como se encontra o mosteiro nos dias de hoje

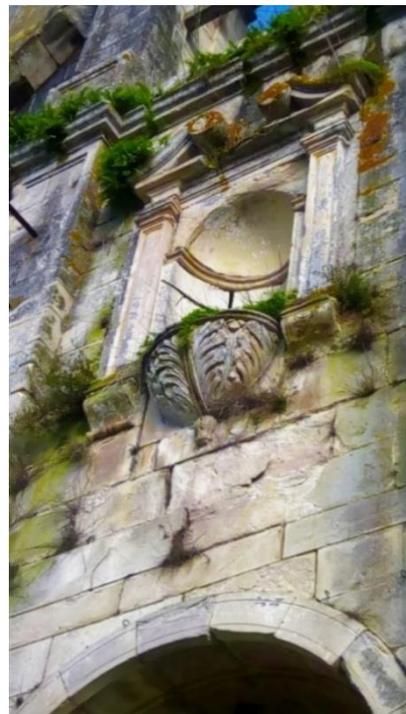
Como já avancei de uma forma bastante leve no início deste capítulo, o mosteiro de Santa Maria de Seixa está num estado bastante gravoso. O seu estado é degradado e completamente inacreditável.

Claramente um enorme aspeto que merece um grande destaque, é a vasta vegetação que cobre grande parte da estrutura arquitetónica do mosteiro⁸³. Através da imagem 3 dos anexos podemos ver o estado de uma das torres

sineiras, podendo ver que existem ramos a sair pela sua

cobertura; quer no exterior como no interior a sua presença é incontestável. Através da fotografia 1 vemos a vegetação que cobre grande parte daquele que seria o claustro do mosteiro. No que diz respeito à sua cobertura, podemos ver zonas em que existe a sua ausência e até mesmo vigas a cair e cheias de musgo⁸⁴. As paredes do mosteiro estão corroídas pelo tempo, algumas cobertas com graffitis, feitos por pessoas que em nada respeitam aquilo que é o património de todos. Em algumas, conseguimos detetar ainda os vestígios dos azulejos⁸⁵ utilizados quando o mosteiro ainda era um edifício

religioso ou então dos azulejos que deveriam existir na época fabril; assim como o vestígio da tinta usada pela fábrica de descasque de arroz. Já na fachada, podemos ver marcas de corrosão nas pedras, vegetação sempre presente, portas entaipadas e vidros partidos.



Fotografia 2- Pormenor da fachada do Mosteiro de Seixa

Fonte: Foto da autora

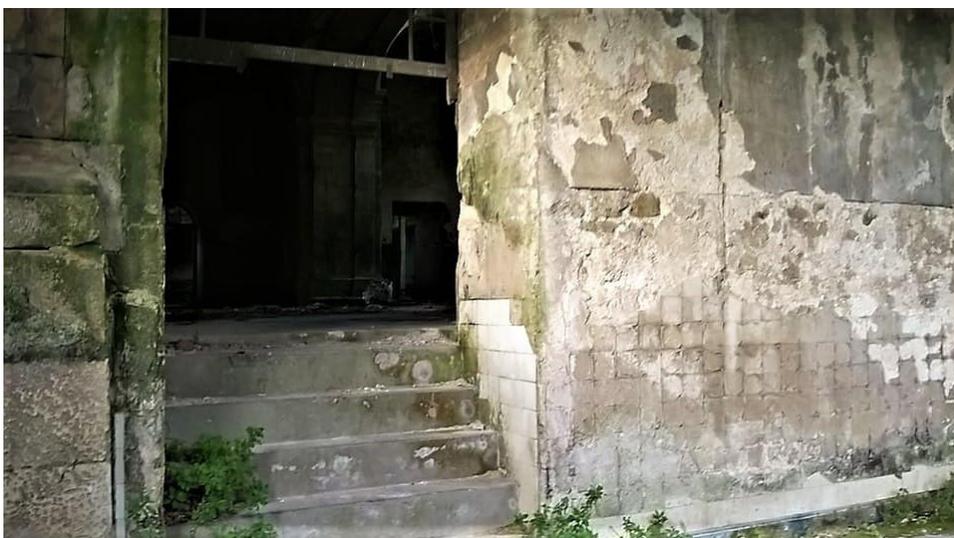
Através da fotografia 2, podemos ver um pormenor da fachada que nos mostra a vegetação existente da mesma, assim como as marcas de corrosão da estrutura arquitetónica do mosteiro.

⁸³ Retratada na imagem 2 dos anexos

⁸⁴ Possível ver através da fotografia 5 do apêndice, da imagem 10 dos anexos.

⁸⁵ Retratado na fotografia 3 que se segue no texto e na imagem 9 dos anexos.

A verdade é que esta análise é feita na parte exterior do mosteiro, uma vez que o seu interior, segundo a Dr.^a Teresa Folhadela, funcionária da Câmara da Figueira da Foz e que faz parte do projeto ligado ao Mosteiro de Seiça, afirma que se encontra inacessível para visita devido ao seu estado de risco e de ruína. A Dr.^a Teresa Folhadela, está ligada ao projeto de Santa Maria de Seiça desde o instante em que a Câmara da Figueira da Foz mostrou interesse em obter o imóvel no ano de 1999. No seguimento das minhas questões, colocadas a à Dr.^a Folhadela, sobre o motivo pelo qual este mosteiro ainda se encontrava neste estado de abandono, percebi que tal se devia à inércia e desinteresse de anteriores executivos municipais; contudo, afirmou que estavam reunidas agora todas as condições para que o mosteiro fosse reabilitado de vez.



Fotografia 3: Interior do Mosteiro (presença das marcas dos azulejos)

Fonte: Foto da autora

6. Ruína: conceito e enquadramento do Mosteiro enquanto ruína

Quando falamos do conceito de ruína temos de ter consciência de que este é bastante complexo e que por sua vez envolve alguns aspetos, de entre os quais a condição de uso, a data de fundação dos edifícios, o grau de descaracterização, as causas do arruinamento e o distanciamento temporal. No que se refere à área da preservação patrimonial, a avaliação das ruínas foi essencial no período do processo de amadurecimento do conceito de monumento histórico e das suas formas de preservação que se consolidou durante o século XIX.

Na Carta de Atenas de 1931⁸⁶, a definição de ruína surge associada aos monumentos antigos e às escavações arqueológicas, sendo que a Carta de Veneza (1964) vai renovar esta postura. Já relativamente à historiografia, são poucos aqueles que procuram estabelecer uma definição para a palavra ruína; no entanto, existem alguns teóricos que abordam alguns dos aspetos relacionados com a mesma.

No ano de 1825, Antoine Quincy, publica na *Encyclopédie Méthodique* o verbete “*Ruína, Ruínas*”, uma retrospectiva histórica sobre os valores atribuídos a esses conjuntos e apresenta parâmetros para as intervenções. Já no século XX, Cesare Brandi, que na sua *Teoria de Restauração* expõe que a ruína é todo o testemunho da história humana, contudo com aspetos diversos daquele que possuía anteriormente. Aliado a esta procura do conceito de ruína, temos também o teórico Alois Riegl, que defende na sua obra *Der Moderne Denkmalkultus, sein Wesen, seine Entstehung*, que os monumentos têm um limite de degeneração para a sua mínima percepção. Não podemos esquecer, nestas abordagens, o grau de destruição do monumento é o que mais define, no meu entendimento, o conceito de ruína. Outro aspeto relacionado com a ruína é aquele que diz respeito ao seu uso. Muitos teóricos acreditam que alguns edificados não têm a possibilidade de «abrigar a função utilitária específica»⁸⁷, ou que estas não são capazes de impregnar a sua função inicial. Alois Riegl vai, na obra que referi em cima, criar um sistema de valoração para a avaliação do património, ao listar o valor de uso. Alois observa que a ausência de uma função pode arriscar a integridade do imóvel, acabando por o levar à ruína. No final do século XIX, o arquiteto Louis Coquet expôs que os monumentos “mortos” são constituintes da história; estes podem encontrar prováveis limites nas formas de utilização, acabando por defender que apenas sobram como lembranças da história, não podendo ser repostos no seu uso inicial. Gustavo Giovanni (em 1930) vai renovar esta distinção, defendendo que os monumentos “mortos” são aqueles que dizem respeito à Antiguidade Clássica⁸⁸ e os monumentos “vivos” são classificados por serem mais recentes em certa medida, como por exemplo Igrejas e palácios⁸⁹. Esta dualidade de monumentos “mortos” e “vivos”, vai sofrer uma retificação por meados do século XX, na medida em que um texto de Roberto Pane e Piero Gazzola (para a proposta da carta de Veneza), leva à abolição desta designação. Assim sendo, o usufruto dos monumentos no presente, será meramente o de uma “herança cultural” como refere Roberto Pane na conferência

⁸⁶ Documento internacional inaugural do campo da preservação de monumentos

⁸⁷ Angela Rosch Rodrigues, «A Problemática da Ruína: Das Teorias à preservação Patrimonial do século XIX ao restauro crítico», CPC, São Paulo, agosto/dezembro 2017, Revista 24, 15.

⁸⁸ Aos quais se exclui uma transformação do estado de ruína e uma utilização atual.

⁸⁹ Aqui as funções não são muito diversas das primitivas.

introdutória da carta de Veneza, ou seja, as ruínas permitem um usufruto e são um testemunho vivo do passado.

Uma vez que o conceito está associado ao grau de destruição e ao uso que este poderia ter, como é que poderíamos englobar o Mosteiro de Seiça neste conceito? Como foi possível evidenciar, através da crítica ao estado de conservação, o mosteiro apresenta-se num estado bastante deplorável. A ausência de coberturas, a carta de risco que está associada ao mosteiro desde 2004, leva a que possamos classificar o mosteiro como um caso de ruína. Claro está que só partimos desta classificação, se o enquadrarmos no seu grau de destruição, sendo este um aspeto ligado ao conceito de ruína. No entanto, se nos debruçarmos sobre o aspeto de uso do mosteiro, este já não detém grande uso desde há muitos anos, acabando por nos remeter mais uma vez para o estatuto de ruína.

Em suma, o conceito de ruína, embora ainda um pouco complexo, acaba por estar retratado por este mosteiro, acabando por surgir uma questão: o que fazer para o reabilitar? Ou então deveremos assumi-lo essencialmente como ruína e procurar uma possível tentativa de uso?

7. Eduardo Souto de Moura e a sua visão da ruína

Como podemos perceber, o conceito de ruína enquadra-se num cenário de degradação e por sua vez num objecto que detém pouco uso. No entanto, existem intervenientes que vêm na ruína uma forma de reutilização e de continuidade da mesma, como é o caso de Eduardo Souto de Moura.

Este é um arquitecto, que «(...) não aprecia o relativismo e a desordem social (...)»⁹⁰, sendo que busca «(...) criar a paisagem exata e respeitar a construção, a estrutura, a infra-estrutura e os acabamentos dos espaços originais.»⁹¹ Este arquitecto, vê a ruína como uma solução para o projecto de intervenção, acreditando que será apenas necessário à actuação de uma manipulação e articulação das mesmas, numa tentativa de «(...) collage de fragmentos dispersos pelo tempo.»⁹² Exemplo disto, é o projecto de «(...) reconversão do Convento Santa Maria de Bouro em

⁹⁰U.Porto.« Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto»,

https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base_gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20eduardo%20souto%20de%20moura

⁹¹U.Porto.« Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto»,

https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base_gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20eduardo%20souto%20de%20moura

⁹²Martim Manuel Correia Guimarães Martins da Costa, «A questão da ruína na obra arquitectónica- Reconversão da bateria de Crismina em Centro de Arte» (Dissertação de Arquitectura, Covilhã, outubro, 2015),33.

pousada(...)»⁹³. Neste projecto, são as ruínas que adoptam um papel predominante face ao mosteiro, assim como a relação que estas detêm com o que as rodeia. Souto de Moura atua de uma forma que está relacionada com os seus gostos, ou seja, o resultado dos seus projecto são fruto do seu gosto pessoal. Souto de Moura assume uma postura de pesquisa do espaço, atua com visitas ao local, passando para um apontamento de notas registadas de forma rigorosa que, por sua vez, vão ter influência nas decisões que vai tomar para cada espaço do projecto. No Bouro, o arquitecto não vê a intervenção no espaço como uma recuperação, mas sim uma procura de construir com o que já existe. O projecto assenta em dois momentos: o primeiro está relacionado com o «(...) desenho de soluções que não procurem visibilidade, havendo uma tentativa de esconder os novos elementos»⁹⁴; o segundo momento está destinado à decisão de «Se se deve restaurar, quando consolidar, com que grau de intensidade deve ser estabelecida a relação (...)»⁹⁵.

Em suma, para Eduardo Souto de Moura, a ruína é reaproveitada, tendo uma continuidade no presente, levando apenas a adaptações que se fundem com ela, não tendo grande visibilidade. Souto de Moura vê nela a sua continuidade e não a sua recuperação, não procurando modificar os espaços originais, tendo como base a procura do respeito por eles.

8. O mosteiro e os seus contextos

O Mosteiro de Seiça, é uma estrutura que encerra em si história. O seu estado de conservação não é de todo o melhor e no que se refere à quantidade de intervenções registadas e dedicadas ao mesmo são nulas, mas por que razão o podemos enquadrar num contexto de ruína? Ora dado ao seu percurso histórico, podemos dividir o contexto de utilização deste magnífico mosteiro em três: primeiro num contexto religioso – direccionado ao momento em que este esteve ligado aos monges brancos –; segundo, um contexto industrial, quando este se “transformou” numa fábrica de descasque de arroz no século XIX; e por fim enquadrá-lo num contexto de ruína a partir do momento em que se encerra a fábrica e este fica em abandono total. Classifico assim, em grande medida, o seu estado atual, como estado deplorável, sem qualquer tipo de preocupação e de cuidados que seriam necessários e até obrigatórios para um monumento com a sua importância. É de destacar que o facto de o inserir neste contexto de ruína deve-se ao facto do mosteiro se

⁹³Costa, «A questão da ruína na obra arquitetónica...»,33.

⁹⁴Costa, «A questão da ruína na obra arquitetónica...»,41.

⁹⁵Costa, «A questão da ruína na obra arquitetónica...»,41.

enquadrar em todos os aspetos que determinem tal. Todo o cenário de desinteresse e de desmazelo, a falta de coberturas, as vigas a cair, criam o cenário perfeito de ruína.

**Capítulo V: Proposta de intervenção e reabilitação do
Mosteiro**

1. Intervenção e Reabilitação: o caso do Convento das Bernardas de Tavira

Antes de podermos entender em que medida podemos reabilitar o Mosteiro de Seiça, temos que ter noção de que existem várias formas de intervir e reabilitar um edificado. Existem intervenções vocacionadas para uma criação museológica, outras direccionadas para a criação de hotéis ou pousadas e existem ainda outras que vêem o monumento como um instrumento para a criação de espaços socio-culturais. Para que se dê início á acção de reabilitação e intervenção, temos de ter a percepção do «processo de degradação socio-físico promovendo a sua revitalização, recuperação e requalificação»⁹⁶.

Estando o Mosteiro de Seiça num estado de conservação bastante gravoso, a atuação neste poderá estar relacionada com uma intervenção e reabilitação assente em duas medidas: assumir o monumento como ruína e ficarem assim os últimos vestígios deste mosteiro cisterciense; ou poderíamos assumir como ruína e intervir e reabilitar o espaço com a construção de novas arquiteturas no edifícios preexistente. Este último não é de todo um caminho a não ter em conta, uma vez que existe em Portugal, um conjunto de edificados nos quais se procedeu ao reaproveitamento e construção de novos espaços no seio da arquitetura primitiva. Um que merece grande destaque e que deve ser mencionado é o Convento da Bernardas, em Tavira, uma vez que este convento pertenceu à Ordem de Cister e acabou, tal como Seiça, por ser transformado numa fábrica de Moagem e Massas a Vapor. Este convento foi reabilitado e utilizou a última abordagem que referimos, o uso do que era “velho” e a criação de algo novo.

Como já referi, podemos encontrar este edificado em Tavira (Portugal) e é designado como Convento da Nossa Senhora da Piedade de Tavira, sendo mais conhecido como Convento das Bernardas. Este edificado pertenceu à Ordem de Cister e, tal como em Seiça, foi modificado nos finais de oitocentos para dar lugar a uma Fábrica de Moagem e Massas a Vapor. Este convento, está inserido atualmente entre a Rua dos Mártires e a Rua Arq. Eduardo Souto Moura. Este convento, tanto como outros, ficou implantado no Campo de Atalaia junto de um curso de água⁹⁷. A construção do convento das Bernardas dá-se no início de 1509, envolto num «contexto de expansão económica e de crescimento urbano da cidade de Tavira»⁹⁸. A sua fundação, está relacionada com a vontade de recolhimento de uma viúva, Brites Pacheco, e de algumas filhas

⁹⁶ Marluci Menezes, «Espaço, Cultura e Recuperação Estudo de Caso: Bairro da Madragoa» (comunicação apresentada ao “III Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Fevereiro, 1996), 1.

⁹⁷ Uma das características essenciais para a fixação de um mosteiro/convento da Ordem de Cister

⁹⁸ Eduardo Souto de Moura, *Convento das Bernardas: Tavira- Portugal* (Lisboa: Editora Uzina Books, novembro 2013),7.

das famílias mais importantes do Algarve. O término da construção deu-se no ano 1528, por acção do Bispo de Silves, D. Fernando Coutinho, que entregou o cenóbio às religiosas no ano de 1530. Inicialmente, o convento possuía dois corpos arquitetónicos: a norte – onde estava localizada a Igreja⁹⁹; e a poente – onde existiam na época os dormitórios¹⁰⁰. No século XVII, vai verificar-se um conjunto de modificações que, por sua vez, vai levar a que se efectuem pequenas alterações ao edificado primitivo¹⁰¹, tendo sido então “considerado o maior convento do Algarve, sendo o único da Ordem de Cister no Sul do país”¹⁰². Acabou por ser afectado pelo terramoto de 1755, sendo desconhecidos os estragos totais deste. No ano de 1862, o convento vê os seus bens serem nacionalizados e distribuídos pelo Arquivo Municipal, Hospital do Espírito Santo de Tavira e por outros edificados religiosos da região. No ano seguinte (1863), vai ser alvo de um incêndio que o destrói na sua maioria, acabando por ser vendido a José Maria de Lemos. Será no século XIX, que se dará o processo de «degradação e descaracterização do convento»¹⁰³, levando a que surgisse uma Fábrica de Moagem e Massas a Vapor, tendo esta terminado as suas funções no ano de 1968. Este convento, acabou por ser intervencionado e reabilitado. Mas como se passou esta intervenção? Segundo a obra de Eduardo Souto de Moura, intitulada *Convento das Bernardas*, esta reabilitação estava vocacionada para uma construção de setenta e oito habitações. Todo o projecto está organizado em duas partes: a construção de um novo espaço e a recuperação dos edifícios existentes¹⁰⁴. O novo edifício está inserido em “L” na «faixa nascente, compreendida entre o convento e as salinas. Aproveitando o desnível de 3 metros, entre as duas plataformas, construiu-se uma banda continua de habitações unifamiliares num só piso e em dois no terreno antigo pomar do convento»¹⁰⁵. Toda a construção está direccionada para a construção de módulos autónomos e casas triplex. A torre foi aproveitada para se construírem quatro habitações que estão incorporadas na preexistência. No que diz respeito à Igreja, esta vai ficar separada em três partes:

- Nave central: tem como objectivo ser o espaço da receção do condomínio;
- Antiga Sacristia: será o local destinado à construção de uma cafetaria;
- Espaço utilizado pelas religiosas em celebrações: será reservado para a construção de mais habitações.

⁹⁹Sendo que hoje os seus vestígios são muito limitados, sendo a presença mais relevante o Portal Manuelino.

¹⁰⁰Atualmente daqui ainda é possível ver os vestígios das pequenas janelas em cantaria.

¹⁰¹Podendo estar relacionadas com o possível aumento de religiosas no convento.

¹⁰²Moura, *Convento das Bernardas: Tavira...*,13.

¹⁰³Moura, *Convento das Bernardas: Tavira...*,17.

¹⁰⁴A que se refere ao Convento e à Fábrica de Moagem e Massas a Vapor.

¹⁰⁵Moura, *Convento das Bernardas: Tavira...*,21.

Relativamente ao pátio central, este será dividido em duas partes: uma a norte com um quadrado circundado por árvores nos quatro cantos; e a Sul teríamos a presença de uma piscina. Esta foi a reabilitação implementada no convento de Tavira. Ao contrário das mais conhecidas, em vez de se optar por uma reabilitação que tivesse como objectivo a criação de pousadas ou hotéis, ou então a criação de um espaço socio-cultural, optou-se por construir habitações. Uma proposta de reabilitação bastante impressionante, para um convento com muita história, conferindo a este uma nova utilidade no seio da sociedade.

Em suma, este convento das Bernardas, com história tão semelhante à do Mosteiro de Seiça, mostra uma projecto de reabilitação distinto de todos os outros merecendo assim atenção. No entanto, para além deste, existem, como já disse, um conjunto de edifícios com carácter patrimonial, que foram alvo de outro tipo de intervenções e reabilitações, como é o caso: do Mosteiro de Tibães (Braga), que estava também num estado bastante gravoso, e foi transformado num espaço de exposição e de hospedaria, acabando por receber uma grande variedade de eventos; assim como em Guimarães temos outro mosteiro que foi intervencionado e reabilitado como um hotel de luxo, sendo conhecido por “Pousada Mosteiro de Guimarães”. Ora, todo o processo de reabilitação e intervenção deve levar a que o produto final tenha uma utilidade e por sua vez seja importante para a conservação do nosso património.

2. Propostas Preexistentes de Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça

Conhecida a história do mosteiro de Seiça e tudo aquilo por que já passou e presenciou, chegou o momento de apresentar o ponto fulcral desta minha dissertação. O que poderá ser feito ao Mosteiro de Seiça para o reabilitar e voltar a dar uma nova utilidade ao mesmo? Antes de qualquer tipo de proposta a fazer, temos de ter em conta que reabilitar este cenóbio não vai ser obra de pequeno custo devido ao seu estado de conservação deplorável, bastante degradado. Contudo, também não é correto apresentar uma proposta que seja inconcebível, até porque é preciso ser realista e analisar que caminho será o mais propício e que traga uma utilidade efetiva, pois o grande objetivo é que este mosteiro deixe de estar ao abandono como tem estado nos últimos anos.

Segundo questões colocadas à Dr. Teresa Folhadela, a posição da Câmara da Figueira Foz face à intervenção no mosteiro é muito vocacionada para atividades de carácter sociocultural. Segundo

as respostas que obtive, a Câmara tem de um projeto já preparado para uma intervenção em Seiça. Este vai procurar a criação de áreas socio culturais, que sejam aptas para a exposição, usufruto cultural, de consulta bibliográfica e um local que acolha os visitantes e peregrinos. Assim como um projeto ligado aos caminhos para Santiago de Compostela e à Ordem de Cister. Teresa Folhadela, afirma em resposta às minhas questões que «o projeto já existe, apenas se aguarda pelo seu financiamento sendo que esta é sem dúvida uma obra que faz parte das prioridades do atual executivo municipal»¹⁰⁶. Esta proposta que a Câmara da Figueira da Foz apresenta para o mosteiro terá de facto utilidade? No meu ponto de vista, é uma proposta que poderá ser viável, contudo o local onde este mosteiro se insere coloca um pequeno “entrave” para este projecto. O que eu quero expor é que colocar uma reabilitação do mosteiro, que está num local isolado, para que este seja um centro de atividades socioculturais não será uma medida inteiramente viável. Sendo o mosteiro um monumento que pertenceu à Ordem de Cister, era natural que este fosse edificado num local remoto, isolado de toda e qualquer população, traço esse que ainda hoje, volvidos séculos, ainda se encontra preservado. Este encontra-se num espaço remoto, com uma vegetação circundante e a linha do Oeste que o atravessa. No meu ponto de vista, a criação de um centro de espaços socioculturais não trará uma grande utilidade ao mosteiro; contudo, esta é a proposta e projecto que a Câmara tem para o Mosteiro de Seiça e que, tanto quanto pude entender, será o projecto que foi apresentado quando se procedeu à reclassificação do Mosteiro de Seiça no ano passado providenciado pela Direção Geral do Património Cultural. Este passou da classificação de Imóvel de Interesse Público para a classificação de Monumento Nacional. Contudo, mesmo com esta nova classificação do mosteiro, a situação do mesmo ainda se encontra num estado de estagnação não tendo havido até aos dias de hoje um movimento que suscitasse uma intervenção e o início da sua reabilitação.

Ao longo desta pesquisa sobre o tema e tendo em conta as leituras realizadas encontrei uma obra que apresentava uma possível reabilitação do Mosteiro de Seiça um tanto diferente daquela que a Câmara propõe. A obra é da autoria de Kevin Rodrigues Lopes, uma tese de mestrado, e intitula-se *Habitar a Memória: Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça*. Neste trabalho, Kevin apresenta a história e arquitetura do Mosteiro de Seiça e no final uma proposta de reabilitação do mesmo. Kevin defende que é necessário preservar a memória do mosteiro, e assumir este como um ponto turístico. Defende também que, pelo facto de este mosteiro ter

¹⁰⁶ Transcrição do email que Teresa Folhadela me enviou, em resposta às minhas questões.

pertencido à Ordem de Cister, deveria estar inserido na Rota Cisterciense¹⁰⁷. Para além disto, este autor considera importante unir os espaços (a capela e o mosteiro), na medida em que estes operem como um só, criando-se duas zonas, uma para a vertente das artes e outra vocacionada para o lazer. Para Kevin, estas duas zonas estariam ligadas através «do desenho urbano sugerido, com zonas verdes, percursos pedonais, ciclovias e vias automóveis»¹⁰⁸.

Tanto a posição da Câmara como a proposta elaborada por Kevin, são viáveis e passíveis de se utilizarem para o Mosteiro de Seiça, mas serão estas as únicas possibilidades?

3. O “fachadismo” não pode ser visto como uma solução de reabilitação a adotar

A opção do “fachadismo”, seria uma possível solução a adotar, mais rápida e de fácil execução no mosteiro, ou melhor em todo o tipo de monumentos que se apresentem com um estado de conservação igual ou pior que o Mosteiro de Seiça. Mas o que é o “fachadismo”? Como podemos detetar o seu uso num monumento? A verdade é que o conceito de “fachadismo” é essencialmente caracterizado pela destruição de todo o interior do edifício, deixando apenas a fachada do mesmo.

A destruição de todo o interior do Mosteiro de Seiça, deixando apenas a sua fachada como testemunho de um monumento protegido pelo primeiro rei de Portugal, era (devido ao seu estado de conservação) a solução menos dispendiosa e mais prática a seguir. Seria esta reabilitação a melhor a empreender no Mosteiro de Seiça? Na minha perspetiva, esta solução não seria o melhor caminho a seguir, pois a destruição de todo um património que percorreu vários séculos seria uma perda incalculável. A verdade é que se seguirmos o caminho do “fachadismo”, estaríamos a remeter o Mosteiro de Seiça a uma anulação de toda a sua história e da perda de uma estrutura de origem.

Em suma, esta solução do “fachadismo”, apesar de ser a mais rápida e menos dispendiosa, na vertente histórica e patrimonial constituiria uma perda incalculável.

¹⁰⁷Inserir o mosteiro numa rota cisterciense, junto de outros conjuntos monásticos com um papel muito importante em Portugal

¹⁰⁸Lopes, «Habitar a Memória: Reabilitação do Mosteiro...»,77.

4. Proposta de Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça

No meu ponto de vista, existem vários caminhos a seguir para se recuperar este mosteiro. No meu entender, a inserção deste mosteiro na rota cisterciense, como apresentou Kevin Lopes, é de uma grande importância, e seria o ponto de partida para integrar o mosteiro no seu ambiente original. Contudo, esta inserção teria de ser acompanhada por uma reabilitação e intervenção na estrutura arquitetónica. Quando falo em reabilitar e intervir arquitetonicamente, não é no sentido de modificar a arquitetura original, mas sim no de procurar reabilitar o que está danificado e construir o que faz falta, com a devida sinalização. Sendo assim, a minha proposta assenta numa possível reabilitação do mosteiro, muito idêntica á elaborada no Mosteiro de Tibães¹⁰⁹, ou seja, reabilitar o Mosteiro de Seiça de forma a que este seja capaz de receber pessoas com interesse em conhecer a sua história na medida em que este encerrasse em si todas as funcionalidades básicas e necessárias para estar apto a receber públicos. Temos de ter em atenção de que o seu estado de conservação está muito mais gravoso do que estaria o mosteiro de Tibães. Tal como em Tibães, seria interessante criar um espaço dedicado à hospedaria, capaz de albergar e dar apoio aos peregrinos de Santiago de Compostela, acabando assim por conferir ao mosteiro uma utilidade que talvez tenha tido na época medieval. A criação deste centro de albergaria e de apoio aos peregrinos, seria visto como um local de retiro espiritual, tirando assim proveito do local e do isolamento em que se encontra o mosteiro. No meu entender, seria um caminho mais viável e mais realista, pois estaria a transpor para a atualidade uma das funcionalidades do mosteiro cisterciense. Mas e o que fazer ao armazém e à chaminé de tijolo, que ainda hoje existem, e que demonstram a presença da fábrica de descasque de arroz que existiu neste mosteiro no século XIX? Ora, defendo que estes restos fabris, deveriam permanecer integrados no mosteiro, merecendo também uma intervenção. A razão desta minha posição é única e exclusivamente porque estes são testemunhos vivos de uma era que existiu e que se “viveu” naquele mosteiro. A quebra, e o branqueamento da história não seria a melhor opção, pois era como se apagássemos uma época que o mosteiro vivenciou. Mas o que fazer nestas duas estruturas? No que toca ao armazém, seria rentável aproveitá-lo para criar um espaço consagrado ao período industrial, onde seria recriado o período da fábrica de descasque de arroz, através da utilização de maquinaria utilizada na época. No que diz respeito à chaminé, esta continuaria erguida sendo alvo de uma pequena intervenção

¹⁰⁹Mosteiro da Ordem beneditina, apresenta um conjunto organizativo de atividades educativas que tem como finalidade dar a conhecer o mosteiro de forma pedagógica e lúdica. Este mosteiro apresenta um conjunto de guias prontas para dar a conhecer toda a sua história, tendo também a possibilidade de se visitar o mosteiro com “audioguias”.

de consolidação, acabando por mostrar as duas faces do imóvel – a face religiosa e a industrial – servindo até como convite para a descoberta da história deste mosteiro.

Conclusão

Em jeito de conclusão, tendo sido abordada a história do mosteiro de Santa Maria de Seiça e todo o seu percurso ao longo de todos estes anos, podemos concluir que a sua reabilitação será uma iniciativa dispendiosa. Contudo a sua história sobrepõe-se a este factor, sendo imprescindível que seja tomada uma iniciativa de se reabilitar para não se perder de vez o mosteiro. O facto deste cenóbio não exercer de quaisquer funções não justifica que esteja ao abandono e que assim continue até desaparecer por completo. Como refere Vitor Serrão in *Portugal em Ruínas*, de Gastão de Brito e Silva, as razões que levam ao abandono do património estão em certa medida relacionadas com «(...) a perda de funções da origem (...) os entraves ao crescimento urbanístico e a outras intromissões na paisagem (...)»¹¹⁰. A «falta de controlo e de segurança»¹¹¹ levam por sua vez a casos de vandalismo e de destruição do património. Todos estes aspectos se identificam relativamente ao objecto de estudo desta dissertação. O facto de o mosteiro não exercer mais as suas funções, levou ao seu abandono, e conseqüentemente, é alvo de vandalismo. A juntar a este quadro há ainda o efeito do clima que, sem as devidas precauções, levou a que o cenóbio ficasse num estado de conservação bastante gravoso. Apesar de este mosteiro se apresentar como uma ruína, somos responsáveis por encontrar formas de salvaguarda e objectivos de preservação para todo o património cultural, sendo que o Mosteiro de Seiça não é excepção. Devemos ser capazes de procurar novas funcionalidades para os bens patrimoniais, na medida em que os consigamos enquadrar no nosso quotidiano, sem que percam a seu valor e as suas raízes.

É nesta medida, que a presente dissertação procura encontrar uma possível forma de reabilitação deste cenóbio, de forma a que o consigamos inserir na contemporaneidade, sem que este perca as suas origens e sem nunca fazer um branqueamento da história. Assim, ponderados bastantes cenários, analisando o espaço e todas as componentes que este mosteiro tem e o que se perdeu, a medida proposta será a criação de um centro hoteleiro de apoio aos peregrinos de Santiago, levando a que passe a ser um instrumento de apoio e de retiro espiritual para os devotos de Santiago de Compostela. Simultaneamente, atribui-se ao mosteiro uma nova funcionalidade, indo de encontro a uma função que este exerceu noutros tempos. Proponho também, tal como Kevin Rodrigues, que este mosteiro seja inserido na rota cisterciense. A inserção nesta rota,

¹¹⁰ Silva, *Portugal em Ruínas...*, 27.

¹¹¹ Silva, *Portugal em Ruínas...*, 27.

juntamente com outros mosteiros que pertenceram à Ordem de Cister, poderia fazer com que este seja considerado como um ponto turístico relevante, acabando por impulsionar a sua manutenção e o reforço da consciência sobre a presença cisterciense em Portugal.

Toda a reabilitação deste mosteiro no concelho da Figueira da Foz, apesar de ser custosa acaba por ser necessária, primeiro porque se reabilitaria um mosteiro que remonta à formação de Portugal e segundo porque esta intervenção em Seiça, traria ao concelho da Figueira da Foz uma maior procura turística, contribuindo assim para o seu desenvolvimento sócio-económico.

Bibliografia

Appleton, Vasco. «Do diagnóstico à intervenção de reabilitação- medidas de intervenção». Comunicação apresentada nos Encontros de Cultura e Património, Mosteiro de Santa Maria de Seixa: abordagens e perspetivas, Figueira da Foz, julho, 2011.

Argan, Giulio Carlo. *Arte Moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneo*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

Bastos, Sérgio Amaro Ferreira de Castro. «Guião interpretativo da geologia do caminho de Santiago: (caminho central Português: Porto-Santiago de Compostela)». Dissertação de mestrado. Braga. Escola de Ciências da Universidade do Minho, 2012.

Bettencourt, Patrícia Alexandra Sousa Ribeiro. «Carlos Oliveira: do mundo em ruínas». Dissertação de mestrado. Ponta Delgada. Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores, 2003.

Borges, Nelson Correia. «A importância do Coro nos Usos de Cister». Comunicação apresentada nos Encontros de Cultura e Património, Mosteiro de Santa Maria de Seixa: abordagens e perspetivas, Figueira da Foz, julho, 2011.

Borges, Nelson Correia. *Coimbra e Região*. Lisboa.1987.

Cabete, António Ferreira. «O Mosteiro de Santa Maria de Seixa das Origens aos Alvores da Modernidade». Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra. 2014.

Côrte-Real, Artur Manuel de Castro. «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Da ruína à contemporaneidade. Do projecto à fruição». Comunicação apresentada nos Encontros de Cultura e Património, Mosteiro de Santa Maria de Seixa: abordagens e perspetivas, Figueira da Foz, julho, 2011.

Costa, Martim Manuel Correia Guimarães Martins da. «A questão da ruína na obra arquitetónica- Reconversão da bateria de Crismina em Centro de Arte». Dissertação em Arquitetura. Covilhã. Universidade da Beira Interior,2015.

Duarte, Ana Catarina Fernandes. «Caminhos de Santiago: o caminho português como factor de desenvolvimento turístico no concelho de Barcelos». Tese de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras,2016.

Eusébio, Marina Laidley Gomes Marques. «Mosteiro de Santa Maria de Seixa- a experiência de Santa Maria de Seixa como orientação para um processo de restauro». Tese de Mestrado. Lisboa. 2017.

Ferreira, Teresa de Deus. «Carta de risco do Mosteiro de Santa Maria de Seixa». Comunicação apresentada nos Encontros de Cultura e Património, Mosteiro de Santa Maria de Seixa: abordagens e perspetivas, Figueira da Foz, julho, 2011.

Freitas, Ricardo Mendes de. «Identidade, Tempo e Memória- reflexão sobre processos de reabilitação em edificação de valor patrimonial». Dissertação de Mestrado, FAUP,2011/12.

Gonçalves, António Nogueira, e Vergílio Correia. *Inventário Artístico de Portugal: distrito Coimbra*. Lisboa. 1952.

Lopes, Kevin Rodrigues. «Habitar a Memória: Reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça». Tese de Mestrado, Lisboa: FAUL, 2017.

Macedo, Francisco Pato de. «Ecos de Cister na Arquitetura Medieval Portuguesa». Comunicação apresentada nos Encontros de Cultura e Património, Mosteiro de Santa Maria de Seiça: abordagens e perspetivas, Figueira da Foz, julho, 2011.

Macedo, Francisco Pato de. «Santa Clara-a-Velha de Coimbra». Tese de doutoramento. Coimbra. 2006.

Marques, Ana Luísa. «Tutte L'Opere D'Architettura et Prospetiva na Arquitectura de Seiça».

Menezes, Marluci. «Espaço. Cultura, e Recuperação do Património- Caso de Estudo: Bairro da Madragoa». Comunicação apresentada ao “III Congresso Português de Sociologia”, Lisboa, fevereiro, 1996.

Miranda, Maria Adelaide. *História da Arte Portuguesa: época medieval*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

Morgado, Duarte Nuno Ferreira Madaleno Ferreira. «Cister: espiritualidade, estética e teologia na arquitectura cisterciense». Dissertação. Lisboa: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2012.

Moura, Eduardo Souto de. *Convento das Bernardas: Tavira-Portugal*. Lisboa, 2013.

Nabais, José Casalta. *Introdução ao Direito do Património Cultural*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2010.

Nascimento, Aires A. *Cister. Os Documentos Primitivos*. Lisboa: Edição Colibri, 1999.

Pagará, Ana. «A Igreja do mosteiro de Santa Maria de Seiça no contexto da arquitetura dos cistercienses em, Portugal». Comunicação apresentada nos Encontros de Cultura e Património, Mosteiro de Santa Maria de Seiça: abordagens e perspetivas, Figueira da Foz, julho, 2011.

Pereira, José Fernandes. *Cister, a arquitetura e a cultura artística na época moderna, Arte de Cister em Portugal e Galiza*. Lisboa. 1998.

Pereira, Paulo. *Arte Portuguesa- história essencial*. Maia: ADR-Cor, 2011.

Pinto, Andreia Castro. «Intervenção em ruína: Reabilitação e Ampliação do Mosteiro de Nossa Senhora de Seiça». Tese de Mestrado, Guimarães: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 2011.

Pinto, Inês e Sílvio Gaspar. «O Mosteiro de Santa Maria de Seiça nos meados do século XIX» Litorais, junho, 2012, Revista de Estudos Figueirenses, 13.

Policarpo, Isabel Ponce de Leão. «Classificar: como, porquê e para quê? O caso do Mosteiro de Santa Maria de Seiça». Comunicação apresentada nos Encontros de Cultura e Património, Mosteiro de Santa Maria de Seiça: abordagens e perspetivas, Figueira da Foz, julho, 2011.

Real, Manuel Luís. *A construção Cisterciense em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa. 1998

Rodrigues, Angela Rosch. «A Problemática da Ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico», agosto/dezembro, 2017, Revista, 24r.

Santos, Jorge Manuel Barroso Ferreira dos. «Intervenção em ruínas: elemento infra/estrutural tipificação de uma solução de intervenção pouco intrusiva». Tese de mestrado. Guimarães. Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 2012.

Silva, Eurico de. *Mistérios de Seiça*. Figueira da Foz, 2016.

Silva, Gastão de Brito e. *Portugal em Ruínas*. Guide- Artes Gráficas. Lisboa. 2014.

Sousa, Bernardo Vasconcelos e, Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos. *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

Sousa, Maria Isabel. «Seiça: do Silêncio dos arrozais ao ruído fabril». Comunicação apresentada nos Encontros de Cultura e Património, Mosteiro de Santa Maria de Seiça: abordagens e perspetivas, Figueira da Foz, julho, 2011.

Sousa, Maria Isabel. *O Mosteiro de Seiça e a Fábrica de Descasque de Arroz- Do Silêncio dos arrozais ao ruído fabril*. Figueira da Foz, 2018.

CARTAS PATRIMONIAIS:

Carta De Atenas 1930 e 1931

Carta De Nairobi 1976

Convenção de Paris 1972

Carta de Washington 1987

Webgrafia

Direção Geral do Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>

Direção Regional de Cultura do Centro: <https://www.culturacentro.gov.pt/>

Mosteiro de Seiça: uma história à espera de ser revelada: <https://mosteiodeseica.com/>

Sistema de informação para o Património Arquitetónico (SIPA): http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8

Apêndices

Apêndices Fotográficos do Mosteiro de Santa Maria de Seça (Interior e exterior)



Fotografia 4- Pormenor de um dos estados do teto do Mosteiro

Fonte: Foto da autora

Fotografia 5- Interior do Mosteiro de Seça (vandalização)

Fonte: Foto da autora



Fotografia 6- Pormenor da fachada e das torres Sineiras

Fonte: Foto da autora



Fotografia 7- Fachada do Mosteiro

Fonte: Foto da autora



Fotografia 8- Chaminé da época industrial

Fonte: Foto da autora

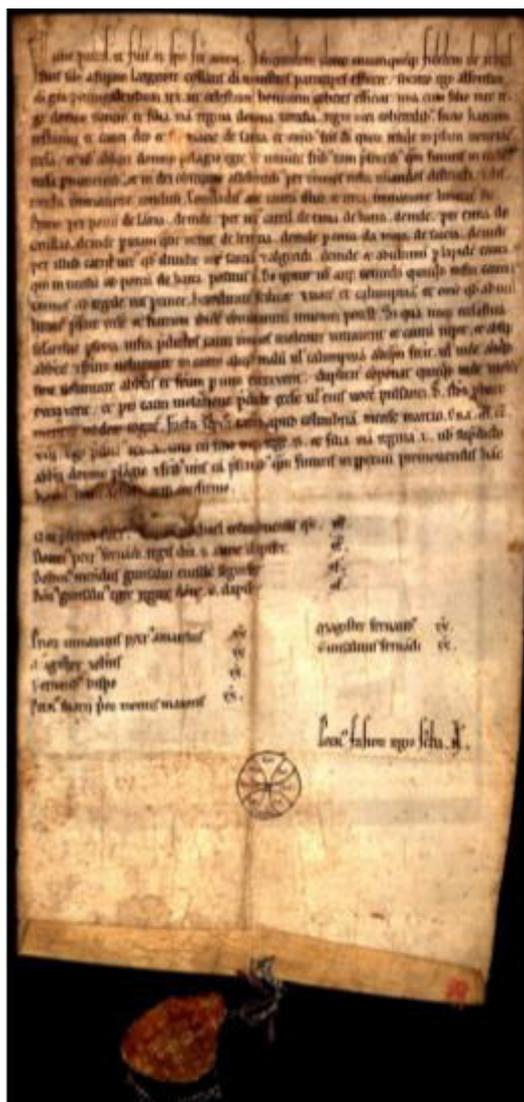


Fotografia 9- Linha Do Oeste, que atravessa o mosteiro

Fonte: Foto da autora

Anexos

Anexo 1: Documentos conferidos ao Mosteiro de Santa Maria de Seixa pelos reis D.Afonso Henriques e D.Sancho I



Documento 3: Carta de Couto de 1175 concedida por D.Afonso Henriques ao Mosteiro de Seixa

Fonte: ANTT- Ordem de Cister, n.º1.

Anexo 2: Imagem da Capela de Santa Maria de Seiça, retirada da obra “O Mosteiro de Santa Maria de Seiça das origens aos Alvores da Modernidade” de António Ferreira Cabete.



imagem 1: Capela de Santa Maria de Seiça

Fonte: Figura de António Ferreira Cabete, 2014, O Mosteiro de Santa Maria de Seiça das origens aos Alvores da Modernidade (Coimbra) fig.1.

Anexo 3: Fotografias de mosteiros em ruínas, incluído o Mosteiro de Seiça, extraídas da obra “Portugal em Ruínas” de Gastão de Brito e Silva.



Fotografia 10: Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção em Penafirme

Fonte: Fotografia de Gastão de Brito e Silva, 2014, Portugal em Ruínas (Guide-Artes Gráficas, Lisboa), 52.



Fotografia 11: Mosteiro de Nossa Senhora do Castelo das Covas de Monfurado

Fonte Fotografia de Gastão de Brito e Silva, 2014, Portugal em Ruínas (Guide-Artes Gráficas, Lisboa), 56.



Fotografia 12: Mosteiro de Santa Maria de Seça

Fonte: Fotografia de Gastão de Brito e Silva, 2014, Portugal em Ruínas (Guide-Artes Gráficas, Lisboa), 52.

Anexo 4: Imagens do Mosteiro de Santa Maria de Seiça (interior e exterior), retiradas da obra “O Mosteiro de Santa Maria de Seiça das origens aos Alvores da Modernidade” de António Ferreira Cabete.

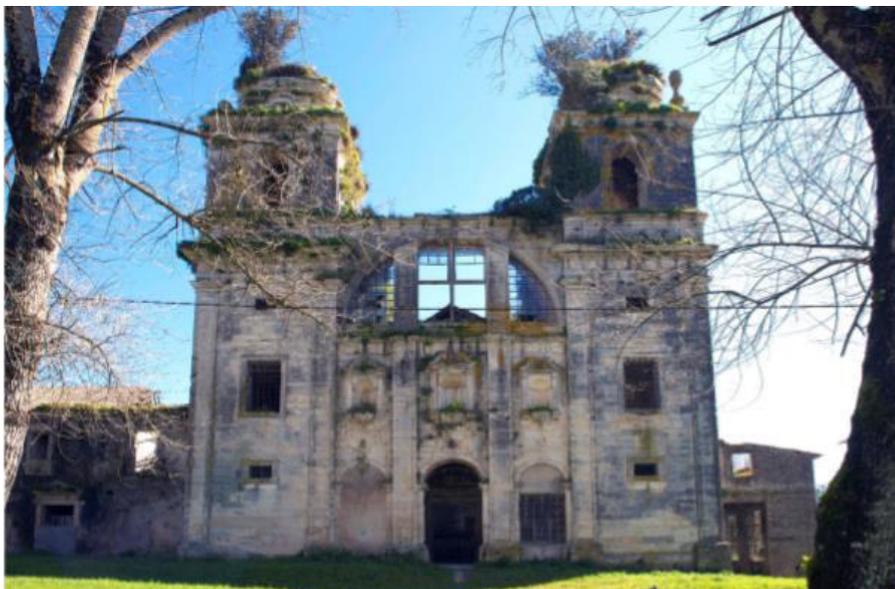


imagem 2: Fachada do Mosteiro de Santa Maria de Seiça (estado atual)

Fonte: Figura de António Ferreira Cabete, 2014, O Mosteiro de Santa Maria de Seiça das origens aos Alvores da Modernidade (Coimbra) fig.8.



imagem 3: Torre Sineira Sul

Fonte: Figura de António Ferreira Cabete, 2014, O Mosteiro de Santa Maria de Seiça das origens aos Alvores da Modernidade (Coimbra) fig.11.

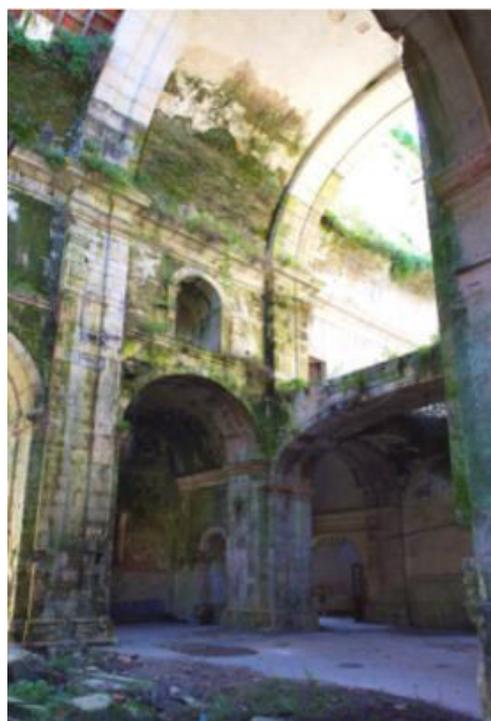


imagem 4: Interior do Mosteiro (vista para o coro)

Fonte: Figura de António Ferreira Cabete, 2014, O Mosteiro de Santa Maria de Seiça das origens aos Alvores da Modernidade (Coimbra) fig.20.



imagem 6- interior da Igreja

Fonte: Figura de António Ferreira Cabete, 2014, O Mosteiro de Santa Maria de Seça das origens aos Alvores da Modernidade (Coimbra) fig.25.



imagem 5- Interior do mosteiro por baixo do coro

Fonte: Figura de António Ferreira Cabete, 2014, O Mosteiro de Santa Maria de Seça das origens aos Alvores da Modernidade (Coimbra) fig.21.



imagem 7- Tecto do átrio da Igreja

Fonte: Figura de António Ferreira Cabete, 2014, O Mosteiro de Santa Maria de Seça das origens aos Alvores da Modernidade (Coimbra) fig.16.



imagem 8: Ala do claustro do primeiro piso, vandalizada

Fonte: Figura de António Ferreira Cabete, 2014, O Mosteiro de Santa Maria de Seixa das origens aos Alvores da Modernidade (Coimbra) fig.27.



imagem 9: Sala do mosteiro com as marcas de azulejos retirados

Fonte: Figura de António Ferreira Cabete, 2014, O Mosteiro de Santa Maria de Seixa das origens aos Alvores da Modernidade (Coimbra) fig.31.



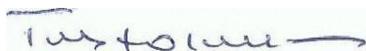
imagem 10: Interior de uma cela do mosteiro

Fonte: Figura de António Ferreira Cabete, 2014, O Mosteiro de Santa Maria de Seça das origens aos Alvores da Modernidade (Coimbra) fig.29.

Anexo 5: Declaração de autorização da utilização de dados, providenciada pela Dr^a Teresa Folhadela da Câmara da Figueira da Foz

Declaração

Maria Teresa Ferreira de Campos Folhadela de Oliveira, técnica superior da Câmara Municipal da Figueira da Foz, declara que autoriza a utilização dos seus dados pessoais e a referência à sua entidade patronal, exclusivamente para efeitos de publicação da dissertação de Mestrado em Património Cultural de Bruna Filipa Pereira, aluna da Universidade do Minho.



Figueira da Foz, 19 de setembro de 2019

Documento 5: Declaração de autorização de utilização de dados